



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco

CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

RECIFE(PE), MARÇO/2013



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119/2012, da Portaria nº 150/2012, Portaria CGU nº 2.546/2010 e orientações do órgão do controle interno.

Março/2013



APRESENTAÇÃO

O Relatório Anual de Gestão tem como objetivo principal, tornar transparente e pública a atuação de seus gestores. Este é o caso da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco - SFA/PE, que apresenta seu relatório, produzido com base nas diretrizes emanadas pelo Governo Federal.

Os responsáveis pela preparação do relatório de gestão do exercício de 2012 tiveram como base os diversos quadros da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 119/2012, para demonstração das informações sobre a gestão.

Ressalte-se que os quadros constantes deste documento são os mesmos relacionados na PORTARIA-TCU Nº 150, de 3/7/2012, que atende o art. 4º, § 7º da DN TCU nº 119/2012.

Equipe da Seção de Planejamento e Acompanhamento – SePA/SFA/PE
spa-pe@agricultura.gov.br



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Mendes Ribeiro Filho

Secretaria Executiva
José Carlos Vaz

Secretaria de Defesa Agropecuária
Francisco Sérgio Ferreira Jardim

Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
Erikson Camargo Chandoha

Secretaria de Política Agrícola
Caio Tibério Dornelles da Rocha

Secretaria de Produção e Agroenergia
Manoel Vicente Fernandes Bertone

Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
Célio Brovino Porto



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco

Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Pernambuco
Denildo Pereira de Lima

Seção de Apoio Operacional e Divulgação- SAOD
Aparecida Francisca de Barros Ribeiro

Seção de Programação e Acompanhamento - SePA
Selma Acylina Valença

Divisão de Apoio Administrativo - DAD
Rodolfo José da Costa Vasconcellos

Seção de Gestão de Pessoas – SGP
Antônio Henriques Lyra de Menezes

Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SEOF
Maria Lúcia da Silveira Galvão

Seção de Atividades Gerais – SAG
Vanda Lenice Cavalcanti

Divisão de Defesa Agropecuária - DDA
José Soares Cardoso

Serviço de Inspeção e Saúde Animal - SISA
Nahor Gueiros Malta Júnior

Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal – SISV
Ivan de Oliveira

Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários - SEFAG
Cláudio José Calábria Cavalcanti

Serviço de Vigilância Agropecuária – Aeroporto Recife - SVA
Judas Tadeu Francisco de Oliveira

Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG
José Alves de Araújo Filho



LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ADAGRO	Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária
AIE	Anemia Infecciosa Equina
APOIOAGRIC	Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas
APPRODUTOR	Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário
CEPLEITE	Comitê Estratégico da Pecuária Leiteira
CERTORGAN	Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica
CF	Certificado Fitossanitário
CFO	Certificado Fitossanitário de Origem
CFOC	Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado
CGU	Controladoria Geral da União
CIS-E	Certificado de Inspeção Sanitária
CJU/PE	Consultoria Jurídica da União em Pernambuco
Conv.	Convênio
DAD	Divisão e Apoio Administrativo
DDA	Divisão de Defesa Agropecuária
DESENGORG	Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico
DN	Decisão Normativa
DPDAG	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário
FEBREAFTOS	Erradicação da Febre Aftosa
FFA	Fiscal Federal Agropecuário
FISAGROTOX	Fiscalização de Agrotóxicos e Afins
FISCALSEM	Fiscalização de Sementes e Mudanças
FISCANIMAL	Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos
FISCGENE	Fiscalização de Material Genético Animal
FISCINAN	Fiscalização de Insumos destinados a Alimentação Animal
FISCONTRATO	Fiscalização, Acompanhamento e Avaliação dos Contratos
FISCPANTA	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos
FISFECOI	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes
FISPROVET	Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário
GTA	Guia de Trânsito Animal
IG	Identificação Geográfica
IN	Instrução Normativa
INDIGRAF	Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários
INSPANIMAL	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal
IPVEGETAL	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal
LANAGRO-PE	Laboratório Nacional Agropecuário de Pernambuco
MANUTSFAS	Operação dos Serviços Administrativos das Superintendências Federais
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
NAP	Núcleo de Apoio e Prevenção
PADCLASSIF	Padronização, Classificação e Inspeção de Produtos Vegetais
PCEANIMAL	Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais
PCEVEGETAL	Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco

PI	Programa Interno
PNCEBT	Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose
PNCRC	Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes
PNSA	Programa Nacional de Sanidade Avícola
PNSE	Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos
Port.	Portaria
PPA	Programa Plurianual
PROMOCOOP	Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTV	Permissão de Trânsito Vegetal
RG	Relatório de Gestão
RT	Responsável Técnico
SAG	Seção de Atividades Gerais
SAOD	Seção de Apoio Operacional e Divulgação
SAPI	Sistema Agropecuário de Produção Integrada
SARA	Secretária de Agricultura e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco
SCVA	Sistema de Controle de Veículos Automotores
SDA	Secretaria de Defesa Agropecuária
SEFAG	Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários
SEOF	Seção de Execução Orçamentária e Financeira
SePA – SPA	Seção de Planejamento e Acompanhamento
SeSA	Seção de Suporte Agropecuário
SFA/PE	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco
SGP	Seção de Gestão de Pessoas
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICAR	Sistema de Avaliação e Classificação de Cargos
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SIPE	Sistema de Informação de Produtos
SISA	Serviço de Inspeção e Saúde Animal
SISV	Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal
SVA	Serviço de Vigilância Agropecuária – Aeroporto Recife
TCU	Tribunal de Contas da União
t.	Tonelada
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UJ	Unidade Jurisdicionada
ULSAV	Unidade Local de Sanidade Animal e Vegetal
UTRA	Unidade Técnica Regional Agropecuária
UVAGRO	Unidade de Vigilância Agropecuária
VIGIFITO	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos
VIGIZOO	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos



LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	
Quadro A.3.1 Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	
Quadro A.4.4 Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ.	
Quadro A.4.11 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	
Quadro A.4.14 Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação.....	
Quadro A.4.15 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos de movimentação.	
Quadro A.5.2 Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.	
Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	
Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	
Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes.....	
Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.	
Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	
Quadro A.5.8 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF).	
Quadro A.5.10 Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.	
Quadro A.5.11 Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).	
Quadro A.5.12 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).	
Quadro A.6.1 Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.	
Quadro A.6.2 Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12.	
Quadro A.6.3 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).	
Quadro A.6.4 Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12.	
Quadro A.6.5 Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.	
Quadro A.6.6 Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.	
Quadro A.6.7 Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro.....	
Quadro A.6.8 Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.	
Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	
Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....	
Quadro A.6.17 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.	
Quadro A.6.19 Composição do Quadro de Estagiários.	
Quadro A.7.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.	
Quadro A.7.3 Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.	
Quadro A.9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.	
Quadro A.9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.	
Quadro A.10.5 Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.	
Quadro A.10.6 Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.	
Quadro A.11.1 Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.	



SUMÁRIO

CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	1
1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE CUJA GESTÃO COMPÕE O RELATÓRIO.....	12
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	12
1.1.1 Relatório de Gestão Individual.....	13
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	14
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL	15
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	17
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO.....	18
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS.....	19
2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES.	20
2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADAS	21
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	22
2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES.....	23
2.4 INDICADORES.....	24
2.4.1 ANÁLISE CRÍTICA	25
3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	26
3.1 AVALIAÇÃO DOS FUNCIONAMENTOS DOS CONTROLES INTERNOS.....	26
3.2 SISTEMA DE CORREIÇÃO.	28
3.3 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU.	28
4 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	29
4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ	29
4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	29
4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	29
4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	29
4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	30
4.1.4.1 Ações Inerentes aos Programas - Divisão de Defesa Agropecuária - DDA	30
4.1.4.2 Ações Inerentes aos Programas - Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG.....	58
4.1.4.3 Ações Inerentes ao Programa - Divisão de Apoio Administrativo - DAD.....	67
4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA	68
4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ.....	68
4.2.2 Programação de Despesas.....	68
4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa	69
4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa.....	72
4.2.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários	72
4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimento	72
5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.	77
5.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS.	77
5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.	77
5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.	78
5.2.2 Análise crítica	78
5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS.....	79
5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício	80
5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos três últimos Exercícios.....	81
5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no exercício de 2013 e seguintes.....	82
5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.....	82
5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	83
5.3.6 Análise Crítica	84
5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	86
5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos.....	86
6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.	90
6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS.....	90
6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	90
6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho.....	92
6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	94
6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	96



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco

6.1.5	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	98
6.1.6	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	98
6.1.7	Informações sobre Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação	98
6.1.7.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC	99
6.1.8	Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	101
6.2	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	102
6.2.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão	102
6.2.2	Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público	102
6.2.3	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.....	102
6.2.4	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	103
6.2.5	Composição do Quadro de Estagiários	103
7	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	104
7.1	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS	105
7.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	106
7.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	106
7.2.2	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ.....	107
8	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	108
8.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	108
8.2	CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	110
9	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.	111
9.1	DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	111
9.2	INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	112
9.3	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93.....	113
9.3.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	113
9.3.2	Análise Crítica	114
9.4	MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	114
9.4.1	Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	115
10	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	116
10.1	INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO	116
10.2	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	116
10.2.1	Declaração Plena	117
11	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	118
11.1	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ	118
12	ANEXO	119



INTRODUÇÃO

De acordo com a classificação indicada no Anexo I da DN TCU nº 119/2012, o presente Relatório de Gestão tem como finalidade a prestação de contas da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco – SFA/PE, além de cumprir uma formalidade legal, é um instrumento que integra o processo de prestação de contas do que foi realizado no cumprimento das atribuições de gestor público, destacando as ações relevantes e também as dificuldades enfrentadas durante o exercício a que se refere. É, portanto, através dele que se pode aferir se os objetivos e metas foram alcançados. A SFA/PE apresentará Relatório individual sem nominar outra UJ.

Relatamos a seguir, de acordo com o QUADRO A1 – Relacionamento entre as Unidades Jurisdicionadas e os Conteúdos Gerais do Relatório de Gestão (parte integrante da DN nº 119/2012, alínea “b), de forma objetiva e peculiar as atividades e os trabalhos desenvolvidos no exercício de 2012 por esta Superintendência, que dentro dos limites, planeja e executa ações visando o cumprimento das metas institucionais de forma transparente e pública, com base nas diretrizes emanadas pelo Governo Federal.

No que tange aos itens definidos no Anexo II da Decisão Normativa nº 119/2012, não se aplicam à realidade da Unidade os seguintes:

- Item 4, subitens 4.1, 4.1.1, 4.1.2 e 4.1.3: A SFA/PE não tem sob sua responsabilidade nenhum programa do PPA; Programas Temáticos, assim como, não temos informações sobre objetivos ou iniciativas vinculados aos mesmos.
- Os subitens 4.1.5 e 4.1.6 - não se aplicam a Superintendência uma vez que não somos gestores de programas.
- Subitem 4.2.1 - A SFA/PE não é UO e não tem UGO consolidada ou agregada.
- Subitem 4.2.2 - A SFA/PE não é Unidade Orçamentária
- Item 5, subitem 5.1, 5.1.1, 5.1.2 - Não se aplica uma vez que não dispomos de passivos, conforme informações registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI no exercício de referência.
- Item 6, subitem 6.1.5 - O órgão central localizado em Brasília é responsável pelo controle para detectar possíveis acumulações remuneradas de cargos, funções e empregos públicos, pois não possuímos mecanismo capaz para tal, ficando assim o MAPA com esta finalidade, 6.1.6 - No exercício de 2012 não foi detectado nenhum caso de acumulação indevida de cargos, função e empregos públicos.
- Item 7, subitem 7.2.2 – Informamos que UJ não possui nenhum imóvel locados a terceiros nesta Unidade Federativa.
- Item 8, e subitens – as atividades do dia a dia são apenas de suporte ao usuário. Somos Unidade descentralizada do MAPA, cumprindo apenas determinação emanadas pela CGTI/MAPA.
- Item 11 os subitens 11.2.2 – Na SFA/PE não houve ressalva no exercício 2012.

Os demais itens apresentados estão numerados conforme a seqüência estabelecida no Anexo II da referida Decisão Normativa

O Subitem 6.2; definidos no Anexo II da DN TCU nº 119/2012, apesar de se aplicar à natureza da Unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.



1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE CUJA GESTÃO COMPÕE O RELATÓRIO.

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

A unidade jurisdicionada será identificada de acordo com o tipo de Relatório de Gestão a ser apresentado ao TCU definido no Anexo I da Decisão Normativa - DN TCU nº 119/2012, na forma individual, como detalhado a seguir.

O presente relatório refere-se ao cumprimento do item 1 e seus respectivos subitens da Parte A do Anexo II da citada Decisão Normativa e é apresentado na forma definida no §7º do art. 4º da Portaria –TCU nº 150/2012.

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco - SFA/PE, órgão descentralizado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, diretamente subordinada ao Ministro do Estado, compete executar atividades e ações de defesa sanitária, fiscalização, vigilância agropecuária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuária; fomento e desenvolvimento agropecuário e da heveicultura; assistência e extensão rural; infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural; produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool; administração e desenvolvimento de pessoas, bem como de serviços gerais; planejamento estratégico e planejamento operacional; programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados; qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e aperfeiçoamento da gestão da Superintendência Federal.

A estratégia de atuação da Superintendência durante o ano de 2012 teve como meta alcançar os objetivos traçados pelo PPA 2012/2015.



1.1.1 Relatório de Gestão Individual

O Relatório Anual de Gestão tem como objetivo principal tornar transparente e pública a atuação da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco - SFA/PE e de seus dirigentes. O presente relatório foi elaborado com base nas diretrizes emanadas pelo Governo Federal.

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo – Unidade Descentralizada			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 00014
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco			
Denominação abreviada: SFA/PE			
Código SIORG: 02797		Código LOA:	Código SIAFI: 130025
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Fiscalização, Assessoria, Orientação e Assistência Técnica na Agricultura			Código CNAE: 7491-1/73
Telefones/Fax de contato:	(81) 3236-8500	(081) 3235-8532	(81) 3236-8531
Endereço Eletrônico: gab-pe@agricultura.gov.br			
Página na Internet: http://www.agricultura.gov.br link SFA/PE@agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Av. Gal. San Martin, 1000, Cordeiro - CEP 50630-060 – Recife/PERNAMBUCO			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto Nº 7.127, de 4 de março de 2010, publicado no D.O.U em 05 de março de 2010 e Portaria nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14/06/2010, Seção 1, fls. 35.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
130025	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
130025	Unidade Gestora		



1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O Relatório de Gestão relata os fatos relevantes da gestão no exercício, que são corroborados por dados consistentes e demonstra o desempenho da gestão.

Além de ser um instrumento para os órgãos de controle e de auto-reflexão sobre a gestão, é também uma forma de prestar contas à sociedade, a partir de sua publicação na Internet.

Para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, a atribuição constitucional da organização é exercida para promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira. Esta é a sua missão cujos programas são destinados ao pequeno, médio e grande produtor rural.

Na gestão do MAPA o agronegócio é visto como a soma das atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, da produção agropecuária, do processamento, da transformação e da distribuição de produtos até o consumidor final. O desenvolvimento sustentável, por sua vez, é um processo de transformação que permite ao agronegócio evoluir de forma econômica, social e política, com respeito ao meio ambiente, satisfazendo as aspirações e as necessidades das gerações atuais e futuras.

Ao formular políticas, o MAPA tem como objetivo contribuir para que os produtos agropecuários gerados no País possam competir, em preço, qualidade e outros atributos desejados pelo mercado, com seus similares produzidos no exterior.

As Superintendências Federais Agropecuárias, conforme orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e setoriais do MAPA têm como competência a execução das atividades de defesa agropecuária e de apoio à produção e à comercialização agropecuárias, à infra-estrutura rural, bem como ao cooperativismo e ao associativismo rural, mediante ato do Ministro de Estado.

A estratégia de atuação da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco, durante o exercício de 2012, teve como meta alcançar os objetivos traçados pelo PPA 2012/2015.



1.3 Organograma Funcional

Na configuração orgânico-estrutural das Superintendências, existem subordinadas à SFA/PE, duas (02) Unidades de Assistência Direta, duas (02) Unidades de Execução Finalística, e uma (01) Unidade de Apoio Operacional, conforme o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado em 2010, pela Portaria nº 428, de 14 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 14/06/2010, Seção 1, Página 35.

Unidades de Assistência Direta:

- a) A Seção de Apoio Operacional e Divulgação – SAOD/SFA/PE, criada com a Portaria n 428/2010, tem como encargo promover o processo de gestão estratégica, alinhado à estratégia corporativa do MAPA, apoiar o titular da SFA/PE, promover atividade de comunicação visual, auxiliar na divulgação de notícias e informações, bem como distribuir publicações e material audiovisual para os parceiros do agronegócio, receber e adequar as informações das demais unidades administrativas e encaminhá-las ao órgão setorial de comunicação de governo para divulgação, manter atualizado cadastro de autoridades do setor público, em todas as esferas, e de instituições relacionadas às competências da SFA/MAPA, providenciar a publicação de portarias, instruções, ordens de serviço e outros atos administrativos, observadas as instâncias de competências e orientações normativas dos órgãos específicos singulares e setoriais do MAPA, coordenar e executar as atividades inerentes à tecnologia da informática no âmbito da SFA/MAPA e consolidar dados para compor o Relatório de Gestão da Superintendência.
- b) De acordo com a Portaria nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no D.O.U. de 14/06/2010, Seção 1, fls. 35, é competência da Seção de Planejamento e Acompanhamento SePA/SFA/PE, a promoção do processo de gestão estratégica e de gestão operacional, quanto à internalização do Plano Plurianual, a elaboração de relatórios, periódicos e anuais, apoiar a realização dos levantamentos, prognósticos, diagnósticos e estudos relativos ao setor agropecuário, acompanhar auditorias técnico-fiscais e operacionais relacionadas às programações físico-financeiras das ações desempenhadas; e consolidar dados para compor o Relatório de Gestão da Superintendência.

Unidades de Execução Finalística:

- a) As Políticas Públicas inerentes a todo o Estado de Pernambuco são desempenhadas pela Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG, que faz parte das unidades de execução finalística, tem sob sua subordinação a Seção de Suporte Agropecuário – SESAG que tem a incumbência de coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações relacionados ao desenvolvimento agropecuário; prestar apoio ao chefe de divisão no que concerne às suas competências. ademais, por questões de melhoria e expansão do alcance das ações, alguns programas são desenvolvidos por meio de parcerias com a Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco - SARA, tendo como órgão executor a Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária - ADAGRO.
- b) A Divisão de Defesa Agropecuária – DDA cabe coordenar internamente a integração e a sistematização dos trabalhos técnicos e na aplicação dos programas e ações do PPA no âmbito da Superintendência, interagir com o setor produtivo para resolução de problemas afetos ao MAPA, contribuir para a melhoria das ações do MAPA em relação ao setor, bem como de outras questões, planos e ações determinados pelo órgão central. Desta forma, sob a subordinação da DDA estão os seguintes serviços: Serviço de Inspeção e Saúde Animal - SISA; Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal – SISV; Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG e as Unidades Descentralizadas de Execução Finalística que são: o Serviço de Vigilância Agropecuária/Aeroporto Recife - SVA; Unidade de Vigilância Agropecuária - UVAGRO no Porto Recife; Unidade de Vigilância Agropecuária - UVAGRO no Porto Suape; Unidade de Vigilância Agropecuária – UVAGRO em Petrolina; Unidade Técnica



Regional Agropecuária – UTRA em Caruaru; Unidade Técnica Regional Agropecuária – UTRA em Garanhuns.

Unidade de Apoio Operacional

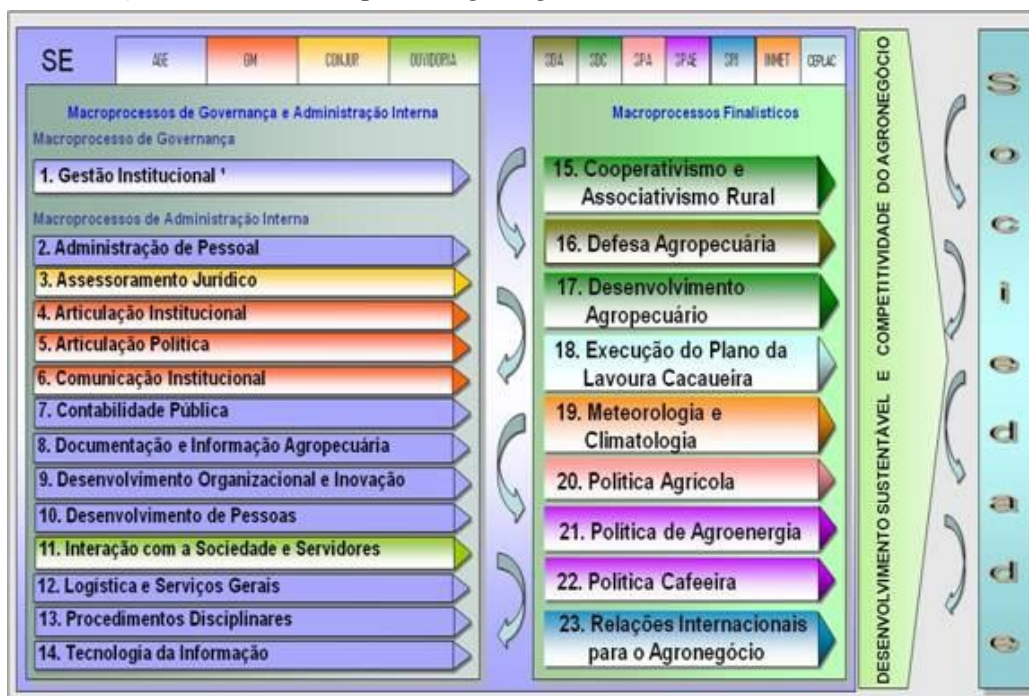
A Divisão de Apoio Administrativo - DAD que tem como atribuição regimental promover e coordenar a execução das atividades de administração geral e processamento da execução orçamentária e financeira dos recursos alocados; realizar os procedimentos licitatórios e de elaboração de contratos e convênios, bem como os de alienação de bens móveis; propor indicadores de desempenho administrativo; programar e promover auditorias nas unidades organizacionais subordinadas ou vinculadas tecnicamente; instruir processos administrativos de acordo com a legislação pertinente; coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações administrativas e de gestão; apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais; e, promover o apoio logístico às atividades da SFA/MAPA. Estão subordinadas a esta Divisão, a Seção de Atividades Gerais – SAG; a Seção de Gestão de Pessoas – SGP; e a Seção Orçamentária e Financeira – SEOF



1.4 Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos finalísticos estão descritos na Cadeia de Valor da Administração Direta do Mapa, conforme figura a seguir.

- Cooperativismo e Associativismo Rural
- Defesa Agropecuária
- Desenvolvimento Agropecuário
- Execução do Plano da Lavoura Cacaueira
- Meteorologia e Climatologia
- Política Agrícola
- Política de Agroenergia
- Política Cafeeira
- Relações Internacionais para o Agronegócio



A Cadeia de Valor da Administração Direta do MAPA foi elaborada levando em consideração as competências do MAPA, estabelecidas no artigo 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que organiza a Presidência da República e os Ministérios e o aspecto de que a cadeia de valor deve funcionar de forma matricial com o que preconiza o Sistema de Organização do Governo Federal – SIORG, instituído pelo Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009. Assim, a condução dos macroprocessos pelo cumprimento das competências institucionais, está demonstrada nos resultados consubstanciados no Relatório de Gestão.



1.5 Macroprocessos de Apoio

Os macroprocessos de apoio estão registrados na Cadeia de Valor da Administração Direta do MAPA, classificados como MACROPROCESSOS DE GOVERNANÇA E ADMINISTRAÇÃO INTERNA. Sua condução segue a mesma característica informada quanto aos finalísticos, com exceção de suas definições, que levou em consideração o que, no Ministério, está sendo realizado para sua gestão e para prestar o devido suporte aos macroprocessos finalísticos, fato, inclusive, que inspirou a representação da Cadeia de Valor, conforme figura demonstrada no item 1.4.

1.5.1 – Macroprocesso de Governança

- Gestão Institucional

1.5.2 – Macroprocesso de Administração Interna

- Administração de Pessoal
- Assessoramento Jurídico
- Articulação Institucional
- Articulação Política
- Comunicação Institucional
- Contabilidade Pública
- Documentação e Informação Agropecuária
- Desenvolvimento Organizacional e Inovação
- Desenvolvimento de Pessoas
- Interação com a Sociedade e Servidores
- Logística e Serviços Gerais
- Procedimentos Disciplinares
- Tecnologia da Informação



1.6 Principais Parceiros

Os principais parceiros da UJ, internos (ao órgão, no caso de UJ que represente apenas uma parte do órgão) ou externos (inclusive da iniciativa privada), que colaboram ou participam na consecução dos objetivos da UJ, ou seja, os parceiros relacionados aos macroprocessos finalísticos da UJ.

- Administração do Porto de SUAPE - APS
- Administração do Porto do Recife - APR
- Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco – ADAGRO
- Assembleia Legislativa de Pernambuco - ALEPE
- Associação dos Criadores de Pernambuco - ACP
- Associação dos Produtores Exportadores de Hortifrutigranjeiros do Vale do São Francisco – VALEXPOR
- Biofábrica Moscamed Brasil – BMB
- Consultoria Jurídica da União – CJU Regional Recife/PE
- Federação da Agricultura de Pernambuco – FAEPE
- Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco - FIEPE
- Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO
- Instituto Pernambucano de Pesquisa Agropecuária - IPA
- Laboratório Nacional Agropecuário - LANAGRO
- Receita Federal do Brasil - RFB
- Rede de Exportação Almad – REDEX1
- Rede de Exportação São Francisco – REDEX2
- Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária – SARA



2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES.

No processo de implementação das diretrizes políticas, das estratégias de ação e nas transformações socioeconômicas que se pretende alcançar, a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco – SFA/PE vem desenvolvendo uma cultura organizacional com visão sistêmica e integração do pessoal técnico e administrativo, realizando capacitação e treinamento, com a incorporação de inovações metodológicas, com vistas a atender ao nosso público de interesse.

A SFA/PE assume papel de fundamental importância na medida em que se responsabiliza diretamente pela execução, coordenação e supervisão das atividades relacionadas ao seu marco legal no Estado de Pernambuco.

Assim, os serviços de inspeção e saúde animal e vegetal e a supervisão das políticas estaduais de defesa, têm influência direta na produtividade agropecuária e qualidade dos alimentos comercializados.

Os resultados físicos e financeiros alcançados pela gestão estão apresentados com base em informações de programação e execução orçamentária, considerando os objetivos e programas de governo associados à Unidade.

A SFA/PE executa programas e ações que constam do PPA 2012/2015 e têm como meta, alcançar os objetivos delineados no Plano Plurianual.

Foram disponibilizados recursos no PI MANUTSFAS para manutenção da entidade, tanto de ordem econômica, quanto na disponibilização de recursos materiais.



2.1 Planejamento das ações da Unidade Jurisdicionadas

As atribuições regimentais da SFA/PE são compatíveis com as orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e setoriais do MAPA podendo ser compartilhadas com as esferas municipal e estadual de governo, por meio de convênios, contratos e ajustes, mantendo-se a responsabilidade pelas metas a serem alcançadas.

A execução das atividades sob a responsabilidade da SFA/PE tem elevada relevância socioeconômica, pois propicia a segurança alimentar, inclusão social, garante a qualidade tecnológica e sanitária dos produtos de origem animal e vegetal, bem como dos insumos agrícolas.

Constam do Relatório, os resultados auferidos quanto à execução das ações programadas e à gestão dos recursos financeiros, observando-se as exigências dos órgãos de fiscalização e controle, como também visando atender às necessidades das Secretarias do MAPA.

A SFA/PE monitora a execução das ações relativas aos programas contidos no Plano Plurianual – PPA, por meio de indicadores de desempenho, iniciando a implantação da gestão com foco em resultados, através dos Critérios de Excelência.

Na certeza do cumprimento de sua missão institucional, a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Pernambuco, apresenta o seu relatório de gestão relativo ao exercício 2012.



2.2

Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

O conteúdo deste trabalho, restrito a atuação da SFA/PE, demonstra com detalhes o que foi ou não realizado, citando inclusive as dificuldades impeditivas para consecução.

Estes entraves foram fatores determinantes, em certos casos, para a ausência de uma maior efetividade do poder público como agente fiscalizador dos meios produtivos. No entanto, mesmo com esta dificuldade aparente, foram empreendidas inúmeras atividades relacionadas aos Programas e respectivas Ações estabelecidas no PPA – 2012/2015, dando mostra global da capacidade do servidor público no desempenho de suas atividades laborais.

Os PIs - Planos Internos e respectivas Ações foram analisados com foco nas informações que possibilitaram demonstrar o desempenho e alcance dos objetivos propostos nos Planos de Trabalho internos e de acordo com as ações registradas no Plano Plurianual – PPA.

Para as principais Ações da SFA/PE, foram analisados os Indicadores de Desempenho estabelecidos para cada Plano Interno sob os aspectos da eficiência, eficácia e efetividade, devidamente alinhados com as ações estratégicas do MAPA.



2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

Nosso Plano de Metas ou Ações para 2012 (o qual chamamos de Plano de Melhorias) foi dividido em três partes: a) Aquisição de Central Telefônica; b) aquisição de Arquivos Deslizantes; c) conclusão dos serviços de recuperação das instalações físicas desta SFA-PE.

DOS RESULTADOS

a) Central Telefônica: Adquirimos, a central telefônica que planejamos, no sistema VoIP, com capacidade de abranger todas as Unidades que compõem esta Superintendência, possibilitando essa comunicação entre todas através de ligações por ramais (sem custo), melhorando a segurança nesse tipo de comunicação (tanto interna quanto externa) e, principalmente, possibilitando um acompanhamento em tempo real de todas as ligações efetuadas no âmbito desta SFA-PE. Cada servidor terá uma senha individual e intransferível, e o número hoje extremamente escasso de 33 ramais em funcionamento, será substituído por pouco mais de 100, o que trará agilização aos serviços prestados à sociedade e uma melhor qualidade do ambiente físico de trabalho.

b) Arquivos Deslizantes: Adquirimos 670 (seiscentos e setenta) metros lineares de arquivos deslizantes para instalação no Setor de Protocolo, Setor de Material e Almoxarifado e na Seção de Gestão de Pessoas. Esses três arquivos trarão muita segurança à documentação e materiais desta SFA-PE, como exemplificamos: enquanto o do Almoxarifado presta-se a guardar de forma ordenada e segura os materiais sob a guarda daquele Setor, os do Setor de Protocolo e da Seção de Gestão de Pessoas armazenará centenas de Processos e documentos pessoais e institucionais relacionados aos servidores ativos, aposentados e pensionistas. Só na área de RH estaremos transferindo papéis de 48 (quarenta e oito) arquivos com quatro gavetas em aço, todos em péssimo estado de uso. Esta aquisição, além de harmonizar o ambiente de trabalho, trará agilidade no manuseio desses documentos e aumentará consideravelmente a segurança dos mesmos.

c) Conclusão dos Serviços de Recuperação das Instalações Físicas desta SFA-PE: Não se tratava de reforma predial, mas de recuperação das instalações hidráulicas, elétricas, de cobertura, de alvenaria e pintura desta Superintendência, que teve sua precariedade detectada por Grupo de Trabalho constituído em 2010 pelo Senhor Secretário Executivo. As duas empresas vencedoras do Processo Licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, não cumpriram os termos dos seus contratos, os quais já venceram, levando esta SFA-PE a se posicionar no sentido de sancionar as empresas contratadas. Novas providências estão sendo adotadas a nível da Alta Administração do MAPA para que procedamos a uma completa reforma predial desta Superintendência.



2.4 Indicadores

Os indicadores de desempenho para aferição das ações de competência institucional da SFA-PE, bem como os resultados alcançados pela gestão no exercício, estão detalhados no item 4 subitens 4.1.4; 4.1.4.1 e 4.1.4.2. A seguir faz-se um comparativo da média dos indicadores relativos as ações dos exercícios de 2011 e 2012.

Indicadores de desempenho da SFA-PE 2011 e 2012

Média dos Indicadores de desempenho das ações da SFA-PE em 2011

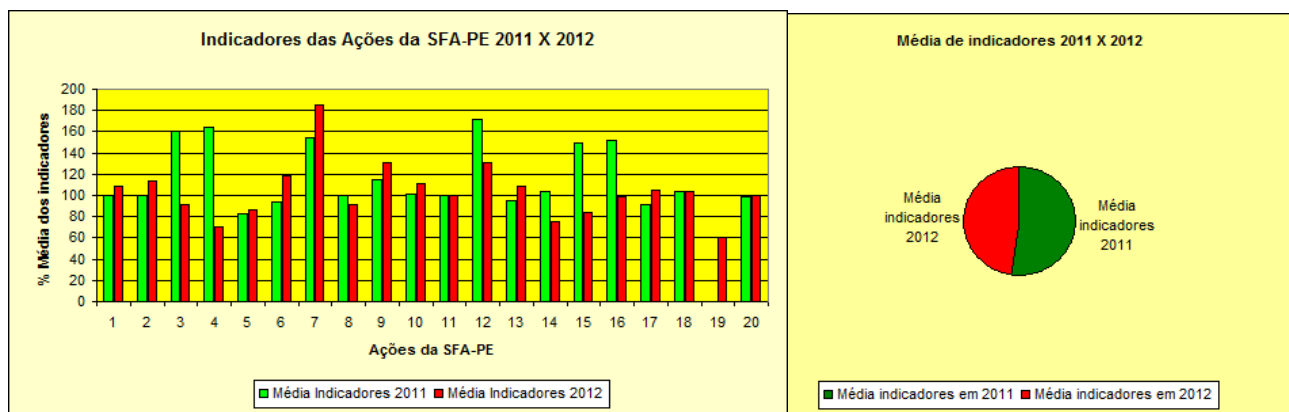
Ações	2B17	2177	8938	8939	4723	4746	8658	8572	2134	4842
Média Indicadores	100,0	100,0	160,3	163,7	82,5	94,3	155,0	100,0	115,0	102,0
Ações	4738	2180	2181	2124	2140	2179	2141	2909	2019	4716
Média Indicadores	100,0	171,0	95,0	104,0	149,0	151,7	91,7	104,0	0,00	99,0
Média dos Indicadores das ações em 2011→										111,8

Fonte: Divisões, Serviços, Seções e Setores da SFA-PE.

Média dos Indicadores de desempenho das ações da SFA-PE em 2012

Ações	2B17	2177	8938	8939	4723	4746	8658	8572	2134	4842
Média Indicadores	109,0	114,0	91,3	70,0,0	86,5	118,0	185,0	91,7	131,0	111,0
Ações	4738	2180	2181	2124	2140	2179	2141	2909	2019	4716
Média Indicadores	100,0	131,3	109,0	75,3	84,3	99,3	105,0	104,0	60,0	100,0
Média dos Indicadores das ações em 2012→										103,8

Fonte: Divisões, Serviços, Seções e Setores da SFA-PE.



Obs: A ação 4716-MANUTSFAs o cálculo do indicador foi realizado medindo-se a relação entre os valores descentralizados pelo Órgão Central e os valores efetivamente aplicados.



2.4.1 Análise Crítica

Analisando a média dos indicadores das ações inerentes a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco/SFA-PE, no exercício de 2011 e em 2012, verifica-se uma ligeira diminuição de 8,0% para o ano de 2012.

Alguns fatores contribuíram para esse decréscimo: (a) no indicador de eficiência houve em algumas ações o aumento substancial do custo unitário de fiscalização motivado pelo cumprimento do disposto no Decreto nº 7.689/2012, em face da limitação de deslocamento de servidores acima de dez dias contínuos e de quarenta diárias/ano/servidor; (b) o movimento paredista de greve dos Fiscais Federais Agropecuários, amplamente veiculado pela mídia que paralisou diversas ações de fiscalização, inspeção e auditoria, aliada a redução do quadro funcional resultante de aposentadorias; (c) na ação 2019- Fiscalização de Material Genético Animal, houve uma mudança drástica na apuração do indicador de efetividade, por determinação do Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários - DEFIP/SDA/MAPA, que no ano de 2011 era considerado estabelecimento conforme àquele em que não era lavrado auto de infração, e em 2012, além disso, o estabelecimento para ser considerado conforme teria que atender todos os itens constantes da Instrução Normativa n.º 56, de 04 de dezembro de 2007.

De modo geral, mesmo com os entraves acima relatados, pode-se considerar que o desempenho da SFA-PE foi bem satisfatório no exercício de 2012.



3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

Apresentar a estrutura de governança e de autocontrole da gestão da UJ, explicitando os mecanismos e controles internos adotados para garantir o alcance dos objetivos planejados, a estrutura orgânica de governança e a forma de remuneração dos integrantes dessa estrutura, bem como as ações relacionadas ao sistema de correção.

Abrangência

Todas as unidades jurisdicionadas relacionadas no Anexo I da DN TCU nº 119/2012, obedecendo-se aos conteúdos especificados no Quadro **A1-Relacionamento entre as Unidades Jurisdicionadas e os Conteúdos Gerais do Relatório de Gestão**.

3.1 Avaliação dos Funcionamentos dos Controles Internos

Em reunião no Gabinete da SFA/PE, foi apresentado o QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS DA UJ e preenchido pelos participantes onde ocorreu avaliação/discussão sobre os pontos divergentes, sendo relacionadas às respostas com maior incidência, concluindo com a construção do quadro final.

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco

14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. XNa ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica: A metodologia utilizada para avaliação do sistema de controle interno foi através de reuniões do corpo de dirigentes por meio de preenchimento do formulário. Como se vê no QUADRO A.3.1- AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS a SFA/PE detém o controle do ambiente de riscos, da informação, comunicação e monitoramento.					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria . (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria . (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					



3.2 Sistema de Correição.

Com a publicação do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, foi criado o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. Consiste nas atividades relacionadas à apuração de possíveis irregularidades cometidas por servidores públicos e à aplicação das devidas penalidades.

Atualmente a SFA/PE tem catalogado todos os procedimentos instaurados no Sistema CGU-PAD (item 10.2), e nos termos do art. 7º, §3º, da Lei 12.527, de 18/11/2011, que são informações de acesso restrito.

3.3 Cumprimento pela Instância da Portaria nº 1.043/2007 da CGU.

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco cumpre na íntegra os dispostos nos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU. Ademais, todos os atos relativos aos processos disciplinares instaurados no âmbito desta SFA/PE foram tempestivamente registrados no Sistema CGU-PAD (item 10.2 deste Relatório de Gestão - 2012).



4 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.

Apesar da SFA/PE ser usuária do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, não se enquadra nos critérios deste item. Porém, seguindo as disposições desta Portaria, declaramos as informações sobre as metas vinculadas à ação definidas para o exercício de referência do relatório de gestão no item 4.1.4 subitens: **4.1.4.1** ações inerentes aos programas de responsabilidade da Divisão de Defesa Agropecuária – DDA – QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ; **4.1.4.2** ações inerentes aos programas de responsabilidade da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG e **4.1.4.3** ações inerentes ao programa de responsabilidade da Divisão de Apoio Administrativo - DAD

4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

A SFA/PE não tem sob sua responsabilidade nenhum programa do PPA.

No subitem 4.1.4 serão apresentadas as ações inerentes aos programas, que por competência institucional são desenvolvidas no âmbito da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco - SFA/PE.

4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

A SFA/PE não tem sob sua responsabilidade Programas Temáticos.

4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

A SFA/PE não tem sob sua responsabilidade, informações de objetivos vinculados a programas temáticos.

4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

A SFA/PE não tem sob sua responsabilidade, informações de iniciativas vinculadas a programas temáticos.



4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Nos subitens a seguir serão apresentadas as ações inerentes aos programas que por competência institucional são desenvolvidas no âmbito da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco - SFA/PE, de acordo com o item 4 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 119/2012.

4.1.4.1 Ações Inerentes aos Programas - Divisão de Defesa Agropecuária - DDA

Os Programas de Governo constantes do PPA 2012/2015, onde há participação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA tais como: (1) Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização; (2) Programa 2028 - Defesa Agropecuária; (3) Programa 2042 - Inovações para a Agropecuária; (4) Programa 2013 - Agricultura Irrigada; (5) Programa 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional; (6) Programa 2012 - Agricultura Familiar; (7) Programa 2022 - Combustíveis e (8) Programa 2105 - Gestão e Manutenção do MAPA, na Parte A, item 4, do anexo II da DN TCU n.º 119, de 18 de janeiro de 2012, o preenchimento do **Quadro A.4.1 - Programa de Governo constantes do PPA - Temático**, com os valores para cada programa citado, os quais são de competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, o que pode ser obtido na sede em Brasília-DF.

A seguir, vão ser apresentadas as ações inerentes aos programas, que por competência institucional são desenvolvidas no âmbito da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco/SFA/PE.

PROGRAMA: 2028 - DEFESA AGROPECUÁRIA

OBJETIVO 0368 - PROMOVER A QUALIDADE DOS INSUMOS AGROPECUÁRIOS VISANDO À MELHORIA DA PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA COM SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		2141				
Descrição		Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes.				
Iniciativa		Código 013F - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas.				
Unidade Responsável		SFA/PE.				
Unidade Orçamentária		22101 - MAPA				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
34.390,59	34.390,59	34.390,59	33.749,83	0,0	0,0	33.749,83
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização Realizada	Fiscalização	600	385	34.390,59	33.749,83

Fonte: SIAFI/SIPLAN/SEFAG



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco

Indicadores de desempenho da Ação		
Eficiência	Eficácia	Efetividade
175,8%	64,2%	75,5%
Memória de cálculo		
Eficiência: relação entre os custos unitários de fiscalizações realizadas no ano de 2012 em relação a 2011. $R\$ 154,09 \text{ (custo unitário fiscalizações em 2011)} \times 100 / R\$ 87,66 \text{ (custo unitário em 2012)} \times 100 = 175,8\%$		
Eficácia: relação entre as fiscalizações realizadas e as programadas. $385 / 600 \times 100 = 64,2\%$		
Efetividade: índice de conformidade dos insumos ofertados ao mercado. $188 \text{ (amostras dentro do padrão)} / 249 \text{ (total de amostras analisadas)} \times 100 = 75,5\%$		

Tabela I - Recursos Humanos envolvidos com a execução da Ação 2141

N.º	NOME	FORMAÇÃO	CARGO/ ATRIBUIÇÃO	LOTAÇÃO
01	Jorge Alexandre Mezzomo	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA
02	Antônio F. de Sobral	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA
03	José Lourenço de S. Filho	Químico	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA
04	Cláudio José Calábria	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA
05	Carlos Augusto M. Pereira	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO/Petrolina
06	Ademir Santana da Costa	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UTRA/Caruaru
07	Jaime Barreto Filho	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UTRA/Caruaru
08	Antônio Rodrigues de Lima	Téc. Agrícola	Agente de Ativ. Agropecuária	SEFAG/SFA/PE
09	Severino G. Ferraz Filho	Téc. Agrícola	Agente de Ativ. Agropecuária	SEFAG/SFA/PE

Fonte: SEFAG

Análise Crítica

A limitação de recursos, imposta pelo decreto 7.689/2012, dificultou a realização plena do programado no Plano Operativo Anual - POA 2012, porém, numa análise geral os resultados alcançados nessa ação são bastante satisfatórios.

Houve grande redução no custo das fiscalizações em relação ao exercício de 2011, favorecendo significativamente o indicador de eficiência. A eficácia foi prejudicada pela restrição de menos de 10 dias no período de deslocamento, acarretando mais de um deslocamento para efetuar a mesma meta constante no POA.

A efetividade não alcançou um resultado melhor devido ao alto índice de inconformidade dos fertilizantes orgânicos, o que ensejou um maior número de autuações fiscais, e, por conseguinte, aumento na arrecadação de multas.

Identificação da Ação							
Código		2179					
Descrição		Fiscalização de Sementes e Mudas.					
Iniciativa		Código 013F - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas.					
Unidade Responsável		SFA/PE					
Unidade Orçamentária		22101 - MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Aplicação
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
47.449,38	47.449,38	47.449,38	47.291,48	0,0	0,0	47.291,48	99,67%
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
				Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização Realizada		Fiscalização	705	494	47.449,38	47.291,48



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco

Fonte: SIAFI/SIPLAN/SEFAG

Indicadores de desempenho da Ação		
Eficiência	Eficácia	Efetividade
133,0%	70,0%	94,7%
Memória de cálculo		
Eficiência: relação entre os custos unitários de fiscalizações realizadas no ano de 2012 em relação a 2011. R\$ 127,34 (custo unitário fiscalizações em 2011) X 100 / R\$ 95,73 (custo unitário em 2012) X 100 = 133,0%		
Eficácia: relação entre as fiscalizações realizadas e as programadas. 494 / 705 X 100 = 70,0%		
Efetividade: taxa de conformidade de material de multiplicação(sementes e mudas). 54 (amostras dentro do padrão) / 57 (total de amostras analisadas) X 100 = 94,7%		

Tabela II - Recursos Humanos envolvidos com a execução da Ação 2179

N.º	NOME	FORMAÇÃO	CARGO/ ATRIBUIÇÃO	LOTAÇÃO
01	Cláudio José Calábria	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA
02	Carlos Augusto M. Pereira	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO/Petrolina
03	Joana Angélica S. Lima	Eng. Agrônoma	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA
04	Ademir Santana da Costa	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UTRA/Caruaru
05	José David Lins de Araújo	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA
06	Michelle J. de Oliveira	Eng. Agrônoma	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA
07	Severino Pereira Falcão	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA
08	Antônio R. de Lima	Técnico Agrícola	Agente de Ativ. Agropecuário	SEFAG/DDA
09	Severino G. Ferraz Filho	Técnico Agrícola	Agente de Ativ. Agropecuário	SEFAG/DDA

Fonte: SEFAG

Análise Crítica

As atividades realizadas dentro dessa ação contaram com a participação de Fiscais Federais Agropecuários da Unidade Técnica Regional Agropecuária de Caruaru/UTRA Caruaru e da Unidade de Vigilância Agropecuária de Petrolina/UVAGRO Petrolina.

O registro de estabelecimentos comerciais e a fiscalização do comércio interno são atribuições da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco-ADAGRO. Houve redução no custo das fiscalizações em 2012, favorecendo significativamente o indicador de eficiência.

A eficácia foi prejudicada pela limitação de recursos, imposta pelo Decreto nº 7.689/2012, que dificultou a realização plena das metas programadas no Plano Operativo Anual - POA 2012.

Analisando os resultados alcançados nessa ação constata-se um desempenho bastante satisfatório.

			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
01	Fiscalização Realizada	Fiscalização	8	8	7.247,26	6.563,99	
Código		2909					
Descrição		Fiscalização de Agrotóxicos e Afins.					
Iniciativa		Código 013F - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas.					
Unidade Responsável		SFA/PE					
Unidade Orçamentária		22101 - MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Aplicação
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
7.247,26	7.247,26	7.247,26	6.563,99	0,0	0,0	6.563,99	90,57%
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição		Unidade de	Meta Física		Meta Financeira	



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco

Fonte: SIAFI/SIPLAN/SEFAG

Indicadores de desempenho da Ação		
Eficiência	Eficácia	Efetividade
118,3%	100,0%	92,1%
Memória de cálculo		
Eficiência: relação entre os custos unitários de fiscalizações realizadas no ano de 2012 em relação a 2011. $\text{R\$ } 970,39 \text{ (custo unitário fiscalizações em 2011)} / \text{R\$ } 820,50 \text{ (custo unitário em 2012)} \times 100 = 118,30\%$		
Eficácia: relação entre as fiscalizações realizadas e as programadas. $8 / 8 \times 100 = 100,0\%$		
Efetividade: relação entre os estabelecimentos conformes e o n.º total fiscalizados pela ADAGRO. $809 \text{ (estabelecimentos conformes)} / 878 \text{ (total de estabelecimentos fiscalizados)} \times 100 = 92,1\%$		

Tabela III - Recursos Humanos envolvidos com a execução da Ação 2909

N.º	NOME	FORMAÇÃO	CARGO/ ATRIBUIÇÃO	LOTAÇÃO
01	Cláudio José Calábria	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA
02	Vladimir O. Guimarães	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA
03	Carlos Augusto M. Pereira	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	Uvagro Petrolina
04	Severino Pereira Falcão	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA
05	Carlos A. V. de Carvalho	Eng. Químico	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA
06	Antônio Rodrigues de Lima	Técnico Agrícola	Agente de Ativ Agropecuária	SEFAG/DDA
07	Severino G. Ferraz Filho	Técnico Agrícola	Agente de Ativ. Agropecuária	SEFAG/SFA/PE

Fonte: SEFAG

Análise Crítica

Essa ação é desenvolvida em parceria pelo Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG, Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV e a Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco - ADAGRO.

A fiscalização do comércio é de responsabilidade da ADAGRO e dos 878 estabelecimentos fiscalizados 69 apresentaram algum tipo de irregularidade conforme tabela abaixo. A ADAGRO efetuou a apreensão de 1.583 kg de agrotóxicos na formulação sólida e de 165 l formulação líquida.

Tabela IV – Fiscalização em estabelecimentos comerciais executada pela ADAGRO em 2012.

Infração	Auto de infração	Intimação
Sem registro ou registro vencido	12	21
Venda sem receituário agrônomo	13	04
Comercializar agrotóxico vencido	6	0
Comercializar agrotóxico fracionado	6	0
Armazenar agrotóxico vencido	6	0
Sem responsável técnico	0	1
Total→	43	26

Fonte: ADAGRO.

Como não há fabricantes de agrotóxicos no Estado de Pernambuco, a maioria das atividades realizadas pelo SISV e SEFAG no âmbito da SFA/PE se concentrou junto as Empresas Prestadoras de Serviços Fitossanitários e Quarentenários, registradas no MAPA, que tinham como objetivo o trânsito internacional de vegetais seus produtos, subprodutos e embalagens de madeira. Outra importante atividade foi a participação em oito reuniões do Fórum Pernambucano de Agrotóxicos. Analisando os indicadores de desempenho dessa ação conclui-se que as metas foram realizadas com êxito.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco

Identificação da Ação							
Código		2019					
Descrição		Fiscalização de Material Genético Animal.					
Iniciativa		Código 013F - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas.					
Unidade Responsável		SFA/PE					
Unidade Orçamentária		22101 – MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Aplicação
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
13.435.53	13.435.53	13.435.53	10.857.20	0.0	0.0	10.857.20	80.81%

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização Realizada	Fiscalização	31	35	13.435,53	10.857,20

Fonte: SIAFI/SIPLAN/SEFAG

Indicadores de desempenho da Ação		
Eficiência	Eficácia	Efetividade
122,1%	112,9%	8,6%
Memória de cálculo		
Eficiência: relação entre os custos unitários de fiscalizações realizadas no ano de 2012 em relação a 2011. $\text{R\$ } 309,92 \text{ (custo unitário fiscalizações em 2011)} / \text{R\$ } 253,75 \text{ (custo unitário em 2012)} \times 100 = 122,1\%$		
Eficácia: relação entre as fiscalizações realizadas e as programadas. $35 / 31 \times 100 = 112,90\%$		
Efetividade: relação entre as fiscalizações conformes e o total de fiscalizações realizadas. Estabelecimentos conformes=estabelecimentos industriais e comerciais de sêmen e embriões fiscalizados sem autuação e estabelecimentos avícolas de reprodução que atendem a IN 56/2007. $3 \text{ (fiscalizações conformes)} / 35 \text{ (fiscalizações realizadas)} \times 100 = 8,6\%$		

Tabela V - Recursos Humanos e Materiais envolvidos com a execução da Ação 2019

N.º	NOME	FORMAÇÃO	CARGO/ ATRIBUIÇÃO	LOTAÇÃO
01	Eleonora de Figueiredo Moraes	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA
02	Jurivaldo Alves de Souza	Técnico Agrícola	Agente de Ativ. Agropecuária	SEFAG/DDA

Fonte: SEFAG

Análise Crítica

Os recursos financeiros alocados a essa ação foram suficientes para o cumprimento das metas. As atividades foram realizadas por um Fiscal Federal Agropecuário e um Agente de Atividade Agropecuária, contingente pequeno para o universo de trabalho.

As principais atividades desenvolvidas foram às fiscalizações de estabelecimentos avícolas de reprodução, de criação e alojamento de ratitas, central e processamento de sêmen/embriões de caprinos e ovinos e estabelecimentos comerciais de material de multiplicação animal registrados, à época da programação, no Estado de Pernambuco.

Foram realizadas vistorias extraordinárias em estabelecimentos avícolas de reprodução para registro inicial ou adequação de registro à Instrução Normativa n.º 56, de 04 de dezembro de 2007.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco

Com relação ao indicador Efetividade, houve uma diminuição do seu valor devido à nova orientação do Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários - DEFIP, antes era considerado estabelecimento conforme àqueles em que não foram lavrados autos de infração e, agora, são considerados conformes os que não foram lavrados autos de infração e estabelecimentos avícolas que atenderam plenamente a IN MAPA 56/2007.

Por fim, analisando os indicadores de desempenho dessa ação, pode-se afirmar que as metas foram atingidas de forma bastante satisfatória.

Identificação da Ação	
Código	2124
Descrição	Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal.
Iniciativa	Código 013F - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas.
Unidade Responsável	SFA/PE
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Aplicação
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
19.300,61	19.300,61	19.300,61	18.884,90	0,0	0,0	18.884,90	97,85%
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
01	Fiscalização Realizada	Fiscalização	81	85	19.300,61	18.884,90	

Fonte: SIAFI/SIPLAN/SEFAG

Indicadores de desempenho da Ação		
Eficiência	Eficácia	Efetividade
50,6%	105,0%	70,4%
Memória de cálculo		
Eficiência: relação entre os custos unitários de fiscalizações realizadas no ano de 2012 em relação a 2011. $\text{R\$ } 112,51 \text{ (custo unitário das fiscalizações em 2011)} / \text{R\$ } 222,17 \text{ (custo unitário em 2012)} \times 100 = 50,64\%$		
Eficácia: relação entre as fiscalizações realizadas e as programadas. $85 / 81 \times 100 = 105,0\%$		
Efetividade: relação entre as fiscalizações conformes e o total de fiscalizações realizadas. $19 \text{ (amostras conformes)} / 27 \text{ (total de amostras analisadas)} \times 100 = 70,4\%$		

Tabela VI - Recursos Humanos envolvidos com a execução da ação 2124

Nº	NOME	FORMAÇÃO	CARGO/ ATRIBUIÇÃO	LOTAÇÃO
01	Petrônio Corrêa Sodré	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA
02	Jorge F. Eloi da Hora	Zootecnista	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA
03	Jurivaldo Alves de Souza	Técnico Agrícola	Agente de Ativ. Agropecuária	SEFAG/DDA
04	Carlos Nepoziano	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA

Fonte: SEFAG

Análise Crítica

As atividades relativas à essa ação, por orientação do Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários - DFIP, teve como foco principal a fiscalização nas indústrias, com ênfase nas Boas Práticas de Fabricação - BPF.



As fiscalizações no comércio varejista serviram para subsidiar novas fiscalizações nas indústrias e detectar empresas clandestinas.

O índice de eficiência diminuiu pelo motivo de dar prioridade às fiscalizações nas indústrias, determinada pelo DFIP, que é mais demorada, requer um aprimoramento e detalhamento maior, diminuindo às fiscalizações no comércio que são em maior número e mais rápidas. Pode-se acrescentar, ainda, que houve um gasto extra a programação previamente definida no POA 2012, e que não foi computado como fiscalização e coleta de amostra referente à conformidade de insumo animal, que compõe o indicador eficiência.

Essas coletas de amostras foram para análise de sedimentoscopia em alimentos destinados à ruminantes com vistas a atender o Programa de Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Animal (Doença da Vaca Louca). Outro fator que contribuiu para a diminuição do índice de eficiência foi a demora na chegada dos resultados do Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco.

Os recursos financeiros alocados a essa ação foram suficientes para realização das atividades, entretanto se faz necessário a recomposição do quadro funcional.

Finalizando, pode-se afirmar que o desempenho dessa ação, mesmo com os empecilhos citados, foi bastante satisfatório.

Identificação da Ação							
Código		2140					
Descrição		Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário.					
Iniciativa		Código 013F - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas.					
Unidade Responsável		SFA/PE					
Unidade Orçamentária		22101 - MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Aplicação
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
9.956,19	9.956,19	9.956,19	8.954,30	0,0	0,0	8.954,30	89,94%
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
				Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização Realizada		Fiscalização	120	131	9.956,19	8.954,30

Fonte: SIAFI/SIPLAN/SEFAG

Indicadores de desempenho da Ação		
Eficiência	Eficácia	Efetividade
49,0%	109,2%	94,6%
Memória de cálculo		
Eficiência: relação entre os custos unitários de fiscalizações realizadas no ano de 2012 em relação a 2011. $R\$ 33,18$ (custo unitário das fiscalizações em 2011) / $R\$ 68,35$ (custo unitário em 2012) X 100 = 49,0%		
Eficácia: relação entre as fiscalizações realizadas e as programadas. $131 / 120 \times 100 = 109,2\%$		
Efetividade: relação entre n.º de estabelecimentos conformes e o total de estabelecimentos fiscalizados. 124 (estabelecimentos conformes) / 131 (total de estabelecimentos fiscalizados) X 100 = 94,6%		

Tabela VII - Recursos Humanos envolvidos com a execução da Ação 2140

N.º	NOME	FORMAÇÃO	CARGO/ ATRIBUIÇÃO	LOTAÇÃO
01	Carlos Nepoziano da Silva	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA

Fonte: SEFAG



Análise Crítica

Foram realizadas fiscalizações em empresas que fabricam, fracionam, envasam, rotulam, comercializam, armazenam, distribuem, importam, exportam e controlam a qualidade dos produtos de uso veterinário. Outra importante atividade dentro dessa ação foi a supervisão da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco - ADAGRO, responsável pela fiscalização do comércio de produtos de uso veterinário.

Os recursos financeiros alocados a essa ação foram suficientes para realização das atividades. No momento apenas um Fiscal Federal Agropecuário está vinculado a essa ação no SEFAG, o que contribuiu para uma menor performance na execução das atividades.

A queda no indicador eficiência foi provocada pela utilização de parte dos recursos que seriam utilizados para fiscalização na participação em reuniões técnicas e treinamentos em serviços, juntamente com a ADAGRO, com vistas ao aprimoramento dos processos relativos a essa ação.

A análise dos indicadores confirma o bom desempenho no cumprimento das metas dessa ação no exercício de 2012.

Identificação da Ação							
Código		4745					
Descrição		Fiscalização de Organismos Geneticamente Modificados.					
Iniciativa		Código 013H - Desenvolvimento e modernização dos instrumentos de fiscalização de atividades com OGM.					
Unidade Responsável		SFA/PE					
Unidade Orçamentária		22101 - MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Aplicação
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
2.000,00	2.000,00	2.000,00	1.454,82	0,0	0,0	1.454,82	72,74%
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
				Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização Realizada		Fiscalização	20	4	2.000.00	1.454.82

Fonte: SIAFI/SIPLAN/SEFAG

Indicadores de desempenho da Ação		
Eficiência	Eficácia	Efetividade
* ¹	20,0%	100,0%
Memória de cálculo		
*¹Eficiência: indicador não trabalhado pelo motivo dessa ação ter sido incorporada no PPA em 2012, ou seja, é o primeiro ano de realização de atividades não tendo os dados do ano anterior para comparação.		
Eficácia: relação entre as fiscalizações realizadas e as programadas. $4 / 20 \times 100 = 20,0\%$		
Efetividade: relação entre n.º de fiscalizações conformes e o total de fiscalizações realizadas. $4 \text{ (propriedades conformes)} / 4 \text{ (total de propriedades fiscalizadas)} \times 100 = 100,0\%$		

Tabela VIII - Recursos Humanos envolvidos com a execução da Ação 4745

N.º	NOME	FORMAÇÃO	CARGO/ ATRIBUIÇÃO	LOTAÇÃO
01	Vladimir Oliveira Guimarães	Engº Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA
02	Claudio J. C. Cavalcanti	Engº Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA

Fonte: SEFAG



Análise Crítica

As metas inicialmente constantes no POA 2012, fiscalizações de produtores de milho para observância das regras de coexistência de espécies convencionais geneticamente modificadas, estabelecidas na Resolução Normativa n.º 4, de 16 de agosto de 2007, da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, foram totalmente inviabilizadas em virtude das intempéries climáticas observadas na região Nordeste do Brasil, em especial no Estado de Pernambuco, onde a escassez de precipitações frustrou o setor produtivo de milho.

Em comum acordo com a Coordenação de Biossegurança - CBIO/SDA, os recursos descentralizados foram direcionados para o monitoramento e fiscalização da utilização de variedades geneticamente modificadas na cultura da cana-de-açúcar.

Foram realizadas quatro fiscalizações em unidades (Usinas) de produção de cana-de-açúcar, açúcar e álcool resultando na coleta de 24 amostras. Os recursos financeiros descentralizados para essa ação foram suficientes para o cumprimento das metas que foram realizadas.

PROGRAMA: 2028 - DEFESA AGROPECUÁRIA

Objetivo 0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas, doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.

Identificação da Ação							
Código		8658					
Descrição		Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais.					
Iniciativa		Código 012I - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais.					
Unidade Responsável		SFA/PE					
Unidade Orçamentária		22101 - MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Aplicação
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
26.700,62	26.700,62	26.700,62	25.797,09	0,0	0,0	25.797,09	96,62%
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
				Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Propriedade atendida		propriedades	8.000	9.960	26.700,62	25.797,09

Fonte: SIAFI/SIPLAN/SISA

Indicadores de desempenho da Ação		
Eficiência	Eficácia	Efetividade
330,9%	124,5%	100,0%
Memória de cálculo		
Eficiência: relação entre os custos unitários das propriedades atendidas em 2012 em relação a 2011. R\$ 8,57 (custo unitário de atendimento em 2011) / R\$ 2,59 (custo unitário em 2012) X 100 = 330,9%.		
Eficácia: relação entre o realizado e o programado. 9.960 / 8.000 X 100 = 124,5%		
Efetividade: Porcentagem de suspeitas atendidas no prazo de 24 horas da notificação (Síndromes: vesicular, hemorrágica do suíno, nervosa, respiratória e nervosa das aves) = 19 (suspeitas atendidas em 24h) / 19 (total de notificações) X 100 = 19/19 X 100 = 100,00%		



Tabela IX - Recursos Humanos envolvidos com a execução da ação 8658

N.º	NOME	FORMAÇÃO	CARGO	LOTAÇÃO
01	Antonio Felipe de Souza	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
02	Homero Marcos Sampaio	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
03	Luís de C. Xavier Correia	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
04	Pedro Paulo M. da Silveira	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
05	Marta Pedrosa Souto Maior	Médica Veterinária	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
06	Severino Inácio da Silva	Motorista	Motorista Oficial	DAD/SFA/PE
07	Maurício José da Silva	1º Grau	Auxiliar Operacional	DAD/SFA/PE
08	Maurílio Alves da Silva	2º Grau	Agente Administrativo	DAD/SFA/PE
09	Marcos Pimentel Bulhões	2º Grau	Assistente Administrativo	DAD/SFA/PE

Fonte: SISA

Análise Crítica

Essa ação tem por finalidade garantir a segurança zoossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais, além de abrigar os principais programas de prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais: (1) Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose - PNCEBT; (2) Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Outras Encefalopatias - PNCRH; (3) Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos - PNSE e (4) Programa Nacional de Sanidade Avícola - PNSA. Todas as atividades desenvolvidas nos programas citados são desenvolvidas em parceria com a Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco - ADAGRO.

Com relação ao Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose - PNCEBT os exames são realizados rotineiramente pelos médicos veterinários habilitados que são credenciados pela Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco/SFA/PE.

No âmbito do Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Outras Encefalopatias-PNCRH a parceria entre a equipe do SISA/DDA/SFA/PE e a Coordenação Estadual tem executado a contento as atividades de monitoramento e captura de morcegos hematófagos.

O Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos - PNSE tem como objetivo principal controlar as doenças que acometem os equídeos, principalmente as que mais afetam a região Nordeste, tais como Mormo e Anemia Infecciosa Equina - AIE.

As ações foram desenvolvidas pelo Órgão Executor Estadual e supervisionadas pelo SISA/DDA/SFA/PE tendo como principais atividades: (a) interdição de propriedade, (b) sacrifício do animal reagente, (c) vigilância dos animais da propriedade foco com coleta de sangue para diagnóstico, (d) vigilância nas propriedades limites com a propriedade foco, (e) desinterdição da propriedade foco após duas coletas de sangue com diagnóstico negativo e, (f) Educação Sanitária. Foram realizadas fiscalizações de Eventos Agropecuários (leilões, feiras, exposições, vaquejadas, provas hípias, entre outros) e cadastramento de médicos veterinários para realizar coleta de sangue para diagnóstico.

A execução do Programa Nacional de Sanidade Avícola - PNSA no Estado de Pernambuco, realizado em parceria com o Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG/DDA/SFA/PE e ADAGRO, teve como atividades principais: (a) registro de empresas avícolas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA; (b) cadastramento, recadastramento e registro de granjas na ADAGRO, (c) certificação sanitária do plantel avícola no Estado de Pernambuco; (d) ações da defesa sanitária animal para melhoria dos sistemas de detecção precoce de Influenza Aviária e Doença de Newcastle; (e) monitoramento e certificação dos plantéis; (f) fiscalização e controle dos pontos de ingresso e (g) controle da biossegurança das instalações avícolas.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco

Além dessas atividades o atendimento às solicitações de Auditorias promovidas pela Coordenação de Sanidade Avícola do Departamento de Saúde Animal - DSA/SDA/MAPA, foi o que demandou a maior parte do tempo dos fiscais ligados ao programa.

Com relação a Convênio, no ano de 2012, apesar de ainda estar vigente o convênio plurianual, registro no SICONV 756432, celebrado entre o MAPA e o Governo do Estado de Pernambuco, tendo como órgão executor a ADAGRO, não houve descentralização de recursos.

Analisando os indicadores de desempenho, conclui-se que as metas dessa ação foram totalmente cumpridas e com sucesso.

Identificação da Ação							
Código		4842					
Descrição		Erradicação da Febre Aftosa.					
Iniciativa		Código 012I - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais.					
Unidade Responsável		SFA/PE					
Unidade Orçamentária		22101 - MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Aplicação
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
15.975.88	15.975.88	15.975.88	12.676.66	0.0	0.0	12.676.66	79.35%

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Área Livre	Km ²	98.312	-	15.975,88	12.676,66

Fonte: SIAFI/SIPLAN/SISA

Indicadores de desempenho da Ação		
Eficiência	Eficácia	Efetividade
139,6%	100,0%	93,5%
Memória de cálculo		
Eficiência: relação entre os custos unitários das supervisões realizadas em 2011 em relação as realizadas em 2012. = 1.769,23 / 1.267,67 X 100 = 139,6%		
Eficácia: N.º de supervisões realizadas / N.º de supervisões programadas X 100. = 10 / 10 X 100 = 100,0%.		
Efetividade: Índice médio de vacinação no ano. = Índice de vacinação 1ª campanha + Índice vacinação 2ª campanha / 2 = 94,5 + 92,6 / 2 = 93,5%.		

Tabela X - Recursos Humanos envolvidos com a execução da ação 4842

N.º	NOME	FORMAÇÃO	CARGO/ ATRIBUIÇÃO	LOTAÇÃO
01	Luís de Carvalho X. Correia	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
02	Homero Marcos Sampaio	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
04	Pedro Paulo M. da Silveira	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
05	Antonio Felipe da Silva	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
06	Marta Pedrosa Souto Maior	Médica Veterinária	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA

Fonte: SISA



Análise Crítica

Essa ação tem por finalidade manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuários Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado.

As metas dessa ação são executadas pela Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco - ADAGRO, com a supervisão do SISA/DDA/SFA/PE. Em 2012 foram desenvolvidas atividades para o estado conseguir mudança de status em relação à Febre Aftosa. Ou seja, sair da classificação de RISCO MÉDIO para LIVRE COM VACINAÇÃO.

Apesar de Pernambuco ainda não fazer parte da zona livre de Febre Aftosa reconhecida pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), os esforços realizados por parte do governo estadual, entre eles, a realização de colheita de material para exame sorológico e implantação de animais sentinelas, com a finalidade de diagnosticar se há circulação do vírus da febre Aftosa no estado foram de grande valia.

A última auditoria do Departamento de Saúde Animal apontou recomendações que resultaram na elaboração de um plano de ação a ser cumprido pela ADAGRO.

Em face do atraso na colheita de material e problemas com diagnóstico, além de modificações na Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), o cronograma de ações que apontava reconhecimento internacional do estado como Livre Com Vacinação para maio de 2013, teve que ser adiado para maio de 2014.

Com relação aos Convênios, no ano de 2012, apesar de ainda estar vigente o convênio plurianual, registro no SICONV 756432, celebrado entre o MAPA e o Governo do Estado de Pernambuco, tendo como órgão executor a ADAGRO, não houve descentralização de recurso.

De uma maneira geral, analisando os indicadores de desempenho dessa ação, principalmente a consolidação da taxa de cobertura vacinal contra a enfermidade em níveis superiores a 93%, pode-se concluir que as metas foram cumpridas com significativo êxito.

Identificação da Ação							
Código		8572					
Descrição		Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais.					
Iniciativa		Código 012H - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais.					
Unidade Responsável		SFA/PE					
Unidade Orçamentária		22101 - MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Aplicação
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
1.003.257,13	1.003.257,13	1.003.257,13	1.002.855,79	0,0	0,0	1.002.855,79	99,96%
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
01	Área controlada	ha	59.960	59.960	1.003.257,13	1.002.855,79	

Fonte: SIAFI/SIPLAN/SISV



Indicadores de desempenho da Ação		
Eficiência	Eficácia	Efetividade
75,0%	100,0%	100,0%
Memória de cálculo		
Eficiência: relação entre o gasto por ha em 2011 e o gasto em 2012 $= 12,52 / 16,72 \times 100 = 75,0\%$.		
Eficácia: Relação entre a área controlada executada e planejada durante o exercício de 2012. $= 59.960 / 59.960 \times 100 = 100,00\%$		
Efetividade: Porcentagem de suspeitas atendidas no prazo de 48 horas da notificação (Pragas: Mosca Negra dos Citros, Cochonilha do Carmim, Sigatoka Negra, Mosca-das-Frutas, Ferrugem Amarelada da Cana-de-Açúcar). $= \text{Suspeitas atendidas em 48h (12)} / \text{Total de notificações (12)} \times 100 = 100,0\%$.		

Tabela XI - Recursos Humanos envolvidos com a execução da ação 8572

N.	NOME	FORMAÇÃO	CARGO/ ATRIBUIÇÃO	LOTAÇÃO
01	Evaristo P. de Albuquerque	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
02	José Lamartine Lins Pereira	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
03	Shizuo Asano	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
04	Viviane J. L. B. Rodrigues	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
05	José Soares Cardoso	Eng.º Agrônomo	Chefe Div. Def. Agropecuária	DDA/SFA/PE
06	Carlos A. Martins Pereira	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	Uvagro Petrolina
07	João Guimarães Tanajura	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	Uvagro Petrolina
08	Sérgio Oliveira Farias	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
09	Severino Inácio da Silva	Nível Médio	Motorista Oficial	DAD/SFA/PE
10	Maurício José da Silva	Nível Médio	Agente de Serviços Diversos	DAD/SFA/PE
11	Marcos Pimentel Bulhões	Nível Médio	Auxiliar Administrativo	DAD/SFA/PE
12	Maurílio Alves da Silva	Nível Médio	Agente de Serviços Diversos	DAD/SFA/PE

Fonte: SISV

Análise Crítica

O desenvolvimento das metas constantes dessa ação tem por finalidade garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas da horticultura, de plantas medicinais e condimentares, de flores plantas ornamentais, da cacauicultura, da cana-de-açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereais, da silvicultura, de raízes e outras espécies vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender as exigências do mercado nacional e internacional.

As principais atividades desenvolvidas nessa ação foram: cadastramento de produtores; levantamentos fitossanitários de detecção, delimitação e verificação da existência de pragas; curso de certificação fitossanitária para Engenheiros Agrônomos da iniciativa privada; acompanhamento *in loco* de convênio e supervisões e auditorias nas atividades realizadas pela Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco - ADAGRO.

Essa ação tem grande importância para a defesa vegetal no Estado de Pernambuco, principalmente por participar diretamente no controle, segurança e qualidade dos produtos vegetais produzidos no estado, atividades consideradas prioritárias para garantir a competitividade dos produtos agrícolas de Pernambuco. Em 2012 destacaram-se as atividades:

- celebração de convênio plurianual com o Governo do Estado de Pernambuco, tendo como executor a Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco-ADAGRO;
- auditorias realizadas nas áreas produtoras de banana visando a permanência do status de estado livre da Sigatoka Negra;
- elaboração e envio ao Departamento de Sanidade Vegetal-DSV, do plano de reconhecimento do Estado de Pernambuco como livre da praga Moko da bananeira;
- supervisões e fiscalizações nas áreas sob controle das moscas-das-frutas;



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco

- e) supervisão do monitoramento das moscas-das-frutas no Vale do São Francisco;
- f) supervisão das atividades com relação à Cochonilha do Carmim;
- g) Monitoramento com relação a ausência da Mosca da Carambola;
- h) Apoio à implantação do Laboratório de Criação de Inimigos Naturais das pragas Mosca Negra dos Citros e Cochonilha do carmim;
- i) Participação de um FFA da SFA/PE no Curso Internacional de Moscas-das-Frutas, realizado em Metapa de Domiguez, no México.

Os recursos disponibilizados pelo Departamento de Sanidade Vegetal-DSV/SDA/MAPA, referentes a essa ação foram suficientes e descentralizados em tempo hábil.

Com relação ao convênio plurianual celebrado entre o MAPA e o Governo do Estado de Pernambuco, tendo como órgão executor a ADAGRO com vigência 2011/2015, registro no SICONV 756012/2011, em 2012, a ADAGRO encaminhou a prestação de contas, dentro do prazo legal, referente aos recursos descentralizados em 2011. Ainda em 2012, por meio dessa ação foi repassado o valor de R\$ 934.852,52 com vistas ao cumprimento das metas constantes do Plano de Trabalho do citado convênio.

Analisando os indicadores de desempenho referentes a essa ação, conclui-se que as metas foram totalmente cumpridas e com sucesso.

Identificação da Ação							
Código		4738					
Descrição		Erradicação da Mosca da Carambola.					
Iniciativa		Código 012H - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais.					
Unidade Responsável		SFA/PE					
Unidade Orçamentária		22101 – MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Aplicação
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
01	Área controlada	ha	9.831.161	9.831.161	0,0	0,0	

Fonte: SIAFI/SIPLAN/SISV

Indicadores de desempenho da Ação		
Eficiência	Eficácia	Efetividade
* ¹	100,0%	100,0%
Memória de cálculo		
* ¹ Eficiência: indicador não trabalhado por não ter havido descentralização de recursos para essa ação.		
Eficácia: Relação entre a área controlada executada e planejada durante o exercício de 2012. = 9.831.161 / 9.831.161 x 100 = 100,0%		
Efetividade: N.º de anos sem ocorrência da praga no estado / N.º de anos da introdução da praga no país x 100 = 19 / 19 X 100 = 100,0%.		

Tabela XII - Recursos Humanos envolvidos com a execução da ação 4738

N.º	NOME	FORMAÇÃO	CARGO/ ATRIBUIÇÃO	LOTAÇÃO
01	Evaristo Paulino de Albuquerque	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
02	Liliane Karla Figueira da Silva	Eng.ª Agrônoma	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
03	Sérgio Oliveira Farias	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
04	Gilson Alcântara de Machado	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	Uvagro Porto Recife

Fonte: SISV



Análise Crítica

Principal finalidade dessa ação é elevar o acesso brasileiro ao mercado internacional de frutas, por meio da erradicação da Mosca da carambola (*Bactrocera Carambolae*) e dar garantia de sanidade vegetal contra a praga em todo o território nacional, controlando as áreas com ocorrência e impedindo a disseminação da praga para outras regiões do país.

As atividades relacionadas a essa ação no Estado de Pernambuco, são executadas pela Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco-ADAGRO e pela Biofábrica Moscamed Brasil-BMB, cabendo ao Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal-SISV/DDA/SFA/PE a supervisão.

No exercício de 2012, o SISV realizou supervisões das atividades da ADAGRO com relação à instalação, controle de qualidade e manutenção das armadilhas.

Os recursos humanos envolvidos nessa ação foram suficientes, uma vez que a execução das atividades é de competência da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco-ADAGRO, cabendo ao SISV/DDA/ SFA/PE a supervisão das atividades.

Analisando os indicadores de desempenho da ação, conclui-se que as metas foram totalmente cumpridas e com sucesso.

Identificação da Ação							
Código		2134					
Descrição		Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos.					
Iniciativa		Código 012H - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais.					
Unidade Responsável		SFA/PE					
Unidade Orçamentária		22101 – MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Aplicação
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
306.467,01	306.467,01	306.467,01	305.699,71	0,0	0,0	305.699,71	99,75%
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
				Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização realizada		unidade	42.300	56.541	306.467.01	305.699.71

Fonte: SIAFI/SIPLAN/SISV

Indicadores de desempenho da Ação		
Eficiência	Eficácia	Efetividade
159,6%	133,7%	99,9%
Memória de cálculo		
Eficiência: Relação entre os custos unitários por partida inspecionada entre um ano e o anterior. = 2,65 (custo unitário do ano anterior - 2011) / 1,66 (custo unitário do ano corrente - 2012) X 100 = 159,6%.		
Eficácia: Relação entre as fiscalizações realizadas e as planejadas. = 56.541 / 42.300 x 100 = 133,7%		
Efetividade: N.º de fiscalizações conformes / N.º total de fiscalizações X 100 = 56.493 / 56.541 X 100 = 99,9%		



Tabela XIII - Recursos Humanos da SFA/PE envolvidos com a execução da ação 2134

N.º	NOME	FORMAÇÃO	CARGO/ ATRIBUIÇÃO	LOTAÇÃO
01	José Soares Cardoso	Eng.º Agrônomo	Chefe Divisão Defesa Agropecuária	DDA/SFA/PE
03	Carlos Augusto M. Pereira	Eng.º Agrônomo	Coordenador da Exportação	Uvagro Petrolina
04	Elias Lopes da Silva	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	Uvagro Petrolina
07	Francisco Flávio Matias	Nível Médio	Agente de Inspeção	Uvagro Petrolina
08	Antônio F. de Sobral	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA
09	Sérgio Oliveira Farias	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
10	Antônio Moreira da Silva	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	Uvagro Porto Suape
11	Ivan de Oliveira	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	Uvagro Porto Suape
12	Narciso B. dos Santos	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	Uvagro Porto Recife
13	Crêlio Leão de Souza	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
14	Evaristo P. de Albuquerque	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
15	Shizuo Asano	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
17	Raul S. Castelo Branco	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/SFA/PI
18	Severino Inácio da Silva	Nível Médio	Motorista Oficial	DAD/SFA/PE
19	Maurício José da Silva	Nível Médio	Agente de Serviços Diversos	DAD/SFA/PE
21	Maurílio Alves da Silva	Nível Médio	Agente de Serviços Diversos	DAD/SFA/PE
22	Paulo José Barbosa	Nível Médio	Auxiliar Operacional em Agropecuária	DDA/SFA/PE
24	José Rodrigues de Lima	Nível Médio	Auxiliar Administrativo	DAD/SFA/PE

Fonte: SISV

Análise Crítica

As metas dessa ação são realizadas em parceria com Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco-ADAGRO e são fundamentais para garantir a sanidade e a segurança dos produtos agrícolas produzidos no Estado de Pernambuco.

Essa ação tem grande importância para o agronegócio do Estado de Pernambuco, pois custeia as despesas referentes ao controle do trânsito interestadual de vegetais e seus produtos, possibilita o cumprimento de normas fitossanitárias, monitoramento e controle do sistema de certificação fitossanitária, que garante a sanidade e a rastreabilidade dos produtos vegetais, tornando os produtos vegetais produzidos no estado competitivos em relação às outras unidades da federação, além de atender os acordos comerciais para exportação, como por exemplo, às exportações de manga e uva do Vale do São Francisco para os mercados americano, europeu e japonês.

Entre as atividades executadas pelo SISV, em conjunto com o SEFAG, encontram-se o cadastramento, registro, fiscalização e controle de empresas que executam Tratamentos Fitossanitários com Fins Quarentenários.

A fiscalização das empresas exportadoras de mangas para os mercados americano, argentino, chileno e japonês, e a certificação de uvas para os Estados Unidos da América, são atividades exclusivas realizadas por Fiscais Federais Agropecuários, credenciados pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.

Com relação ao convênio plurianual celebrado entre o MAPA e o Governo do Estado de Pernambuco, tendo como órgão executor a ADAGRO com vigência 2011/2015, registro no SICONV 756012/2011, a ADAGRO encaminhou a prestação de contas, dentro do prazo legal, referente aos recursos descentralizados em 2011. Ainda em 2012, por meio dessa ação foi repassado o valor de R\$ 211.540,27 com vistas ao cumprimento das metas constantes do Plano de Trabalho do citado convênio. Esses recursos foram fundamentais para a execução das atividades da ADAGRO no controle das barreiras interestaduais, na supervisão, monitoramento e controle da emissão de Certificado Fitossanitário de Origem – CFO, Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado –



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco

CFOC e emissão de Permissão de Trânsito Vegetal – PTV, o que contribuiu de forma significativa para o controle do Sistema de Certificação Fitossanitária no Estado de Pernambuco. Analisando os indicadores de desempenho utilizados nessa ação, conclui-se que houve um desempenho excelente e acima do previsto.

Identificação da Ação							
Código		2180					
Descrição		Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos.					
Iniciativa		Código 012J - Vigilância e Fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais seus produtos e insumos agropecuários.					
Unidade Responsável		SFA/PE					
Unidade Orçamentária		22101 - MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Aplicação
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
20.304,30	20.304,30	20.304,30	19.945,78	0,0	0,0	19.945,78	98,23%
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
01	Fiscalização realizada	unidade	9.000	12.767	20.304,30	19.945,78	

Fonte: SIAFI/SIPLAN/DDA

Indicadores de desempenho da Ação		
Eficiência	Eficácia	Efetividade
151,9%	141,8%	99,5%
Memória de cálculo		
Eficiência: Relação entre os custos unitários por partida inspecionada entre um ano e o anterior. $= 2,37 \text{ (custo unitário do ano anterior - 2011) } / 1,56 \text{ (custo unitário do ano corrente - 2012) } \times 100 = 151,9\%$		
Eficácia: Relação entre as fiscalizações realizadas e as planejadas. $= 56.541 / 42.300 \times 100 = 133,7\%$		
Efetividade: $N.º \text{ total de partidas - termos de ocorrências (destruição ou indeferimento) } / N.º \text{ total de partidas inspecionadas } \times 100 = 12.767 - 68 / 12.767 \times 100 = 99,5\%$		

Tabela XIV - Recursos Humanos envolvidos com a execução da ação 2180

Nº	NOME	FORMAÇÃO	CARGO/ ATRIBUIÇÃO	LOTAÇÃO
01	Carlos Augusto M. Pereira	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Petrolina
02	Elias Lopes da Silva	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Petrolina
03	Francisco das C. S. Filho	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Petrolina
04	João Guimarães Tanajura	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Petrolina
05	Milton Ferreira de Lacerda	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Petrolina
06	Rosivaldo A. B. da Silva	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Petrolina
07	Carlos Eduardo L. S. Pires	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SVA Aeroporto
08	José Alberto C. M. de Souza	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SVA Aeroporto
09	Maria de Fátima A. e Lemos	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SVA Aeroporto
10	Sérgio Oliveira Farias	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SVA Aeroporto
11	Pedro Rodolfo Filho	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SVA Aeroporto
12	José Luiz de Mendonça Júnior	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SVA Aeroporto
14	Neyde R. de Oliveira	Nível Médio	Agente Administrativo	SVA Aeroporto
15	Napoleão G. da Fonseca	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Recife
17	Gilson Alcântara de Oliveira	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Recife
18	Emanuel Andrade Silva	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Recife
20	Maria José Fidelis	Nível Médio	Agente Administrativo	UVAGRO Porto Recife
22	Antonio Moreira da Silva	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Suape



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco

23	Antônio Carlos Florêncio	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Suape
24	José Carlos Carneiro Silva	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Suape
25	Mário Dias da costa	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Suape
26	Crelío Leão de Souza	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Suape
27	Rubens Siqueira de Lima	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Suape

Fonte: DDA

Analise Crítica

Essa ação tem por finalidade principal impedir a entrada e a disseminação de pragas vegetais oriundas de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos agrícolas no trânsito internacional. Certificar a fitossanidade dos produtos nacionais nos processos de exportação.

Foram desenvolvidas atividades, em cumprimento das Legislações Fitossanitárias nacional e internacional, relacionadas à documentação, a inspeção de vegetais, produtos e subprodutos, oriundos do comércio internacional.

Essas atividades contribuíram para a diminuição dos riscos de entrada no país de pragas que poderiam causar danos incomensuráveis à economia e ao agronegócio nacional e, conseqüentemente, a perda de competitividade das commodities agrícolas do país no mercado internacional.

As unidades do Vigiagro necessitam de um sistema de internet com velocidade compatível com as demandas de fiscalização do trânsito internacional inerentes ao seu marco legal da vigilância agropecuária internacional, entre elas a utilização do Sistema de Informações Gerenciais de Exportação e Importação do Vigiagro-SIGVIG e as anuências de exportação e importação via Siscomex.

Os recursos disponibilizados pela Coordenação Geral do Vigiagro foram adequados e utilizados principalmente na operacionalização das unidades do Vigiagro na SFA/PE e em diárias, combustíveis e passagens aéreas para deslocamento de servidores das unidades do Vigiagro para participação em cursos, treinamentos e reuniões técnicas.

A força de trabalho utilizada para execução dessa ação em 2012 foi suficiente, porém, com a implantação do subsídio, há indícios de aposentadoria de alguns FFAs, o que poderá comprometer, a curto ou médio prazo, a continuidade das atividades nas unidades do Vigiagro. A grande deficiência no âmbito da SFA/PE é com relação a pessoal de Nível Médio e Administrativo.

Analisando as atividades desenvolvidas na Ação de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, Seus produtos e Insumos e os indicadores de desempenho, a conclusão é que, no âmbito da SFA/PE, o desempenho foi excelente, com resultado bastante satisfatório.

Identificação da Ação							
Código		2181					
Descrição		Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos.					
Iniciativa		Código 012J - Vigilância e Fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais seus produtos e insumos agropecuários.					
Unidade Responsável		SFA/PE					
Unidade Orçamentária		22101 - MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Aplicação
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
2.761,00	2.761,00	2.761,00	2.363,22	0,0	0,0	2.363,22	85,59%
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realiza	Prevista	Realizada	



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco

01	Fiscalização realizada	unidade	3.260	da	3.916	2.761,00	2.363,22
----	------------------------	---------	-------	----	-------	----------	----------

Fonte: SIAFI/SIPLAN/DDA

Indicadores de desempenho da Ação		
Eficiência	Eficácia	Efetividade
*1	120,1%	98,3%
Memória de cálculo		
*1 Eficiência: Indicador não trabalhado por não ter havido descentralização de recursos para essa ação em 2011.		
Eficácia: Relação entre as fiscalizações realizadas e as planejadas. = 3.916 / 3260 x 100 = 120,1%		
Efetividade: N.º total de partidas – termos de ocorrências (destruição ou indeferimento) / N.º total de partidas inspecionadas X 100 = 3916 - 68 / 3916 X 100 = 98,3%.		

Tabela V - Recursos Humanos envolvidos com a execução da ação 2181

Nº	NOME	FORMAÇÃO	CARGO/ ATRIBUIÇÃO	LOTAÇÃO
01	José Marinho Mendes	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Petrolina
02	Francisco Flávio Matias	Nível Médio	Agente de Inspeção	UVAGRO Petrolina
03	Maria de L. X. de Farias	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SVA Aeroporto
04	Marineuza V. dos Santos	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SVA Aeroporto
05	Marcos Antonio C. Barros	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SVA Aeroporto
06	Robério Silveira de Siqueira	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SVA Aeroporto
07	João Duque Filho	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SVA Aeroporto
08	Romero Antonio M. Cintra	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SVA Aeroporto
09	Neyde R. de Oliveira	Nível Médio	Agente Administrativo	SVA Aeroporto
10	João Lopes Filho	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Recife
11	Leonardo Pereira Alves	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Recife
12	Maria Isabel de S. Correia	Medica Veterinária	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Recife
13	Guido F. Lins de Castro	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Recife
14	Maria Lúcia Brito	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Recife
15	Ricardo Freire Emery	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Recife
16	José Irajá da Mata Silva	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Suape
17	Carlúcio A. B. de Menezes	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Suape
18	Antonio P. de M. Neto	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Suape
19	Natanael Emery Lopes	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Suape
20	Nelton Manuel da Silva	Nível Médio	Agente Administrativo	UVAGRO Porto Recife
21	Severino Gonçalves da Silva	Nível Médio	Agente Administrativo	UVAGRO Porto Recife
22	Nivaldo Galdino Pereira	Nível Médio	Agente Administrativo	UVAGRO Porto Recife
23	Maria José Fidelis	Nível Médio	Agente Administrativo	UVAGRO Porto Recife

Fonte: DDA

Análise Crítica

Essa ação tem por finalidade principal impedir a entrada e disseminação de agentes causadores de doenças de animais, oriundos de outros países, objetivando evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como, inspecionar a qualidade dos produtos pecuários no trânsito internacional. Certificar a zoossanidade dos produtos nacionais nos processos de exportação.

Os problemas relacionados nessa ação estão diretamente ligados aos da ação 2180 – vigilância e fiscalização do trânsito Internacional de vegetais, seus produtos e insumos, uma vez que os espaços físicos ocupados são os mesmos, diferindo alguns pontos relacionados à formação profissional do fiscal.

O cumprimento da Legislação inerente à documentação, a inspeção de animais, produtos e subprodutos, oriundos do comércio internacional contribuíram sobremaneira para a diminuição dos riscos de entrada no país de doenças exóticas que poderiam causar danos incalculáveis à



economia e ao agronegócio animal, além de preservar e garantir a segurança e a inocuidade dos produtos de origem animal internalizados no país.

Os recursos disponibilizados pela Coordenação Geral do Vigiaagro para ação foram adequados e utilizados principalmente na operacionalização das unidades do Vigiaagro na SFA/PE e em diárias, combustíveis e passagens aéreas para deslocamento de servidores das unidades do Vigiaagro para participação em cursos, treinamentos e reuniões técnicas.

Analizando as atividades desenvolvidas na Ação de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, Seus produtos e Insumos e os indicadores de desempenho, a conclusão é que o desempenho foi bem satisfatório.

Identificação da Ação							
Código		8938					
Descrição		Inspeção e Fiscalização dos Produtos de Origem Animal.					
Iniciativa		Código 0278 - Inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal.					
Unidade Responsável		SFA/PE					
Unidade Orçamentária		22101 - MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Aplicação
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
65.293.30	65.293.30	65.293.30	62.164.78	0.0	0.0	62.164.78	95.21%

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Estabelecimento inspecionado	unidade	33	33	65.293,30	62.164,78

Fonte: SIAFI/SIPLAN/SISA

Indicadores de desempenho da Ação		
Eficiência	Eficácia	Efetividade
81,3%	100,0%	92,86
Memória de cálculo		
Eficiência: relação entre os custos unitários por estabelecimento fiscalizado/inspecionado para os exercícios 2011 e 2012. = 1.540,71 (custo direto unitário em 2011) / 1.883,78 (custo direto unitário em 2012) X 100 = 81,2%.		
Eficácia: Relação entre as fiscalizações executadas e as planejadas para o exercício. = 33 / 33 x 100 = 100,0%		
Efetividade: Índice de conformidade tecnológica e higiênico-sanitária dos produtos inspecionados. (Número de amostras dentro do padrão/total de amostras analisadas) x 100 = (846/911) x 100 = 92,86%		

Tabela VI - Recursos Humanos envolvidos com a execução da ação 8938

Nº	NOME	FORMAÇÃO	CARGO/ ATRIBUIÇÃO	LOTAÇÃO
01	Adelson Marques de Alcântara	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
02	Alberto Axiotes Lemos de Sá	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
03	Ana Cristina de Ávila Santos	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
04	Antonio Wagner Leite Lima	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
05	Bruno Alyson de Lima Martins	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
06	Carlindo Ferreira do Nascimento	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
07	Carlos Antonio de Cesar	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
08	Clovis Claudino da Silva	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
09	Edson Barreto de Farias	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
10	Estoeicio Teixeira de Souza	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
11	Fernando Aguiar de Farias	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
12	Fernando Pereira Guimarães	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco

13	Flavio Antonio M. de Albuquerque	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
14	Frederico de Lima Pimentel	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
15	Hermes Batista de Abreu	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
16	Iranildo Roberto Sampaio de Souza	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
17	Jaidete Ferreira da Silva	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
18	Jairo Bezerra da Silva	Nível Médio	Agente Agropecuário	SISA/DDA
19	João Bosco Barbosa de Vasconcelos	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
20	João Ferreira Caldas	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
21	José Bezerra Gomes Filho	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
22	José Carlos Coelho de Souza	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
23	José dos Santos Bezerra	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
24	José Edmilson Rocha Santos	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
25	José Fernando do Amaral Burgos	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
26	José Roberto Alves de Lima	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
27	Lenilson Pereira de Lucena	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
28	Luciana F. M. da Silva	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
29	Lúcio José Gomes Pereira	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
30	Luiz Carlos Alves de Lima	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
31	Luiz Gonzaga de Matos de Oliveira	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
32	Keyson Vinicius de M. Teixeira	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
33	Manoel Ubiratan Silva	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
34	Márcio de Jesus C. Júnior	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
35	Marco Aurélio Lins dos Santos	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
36	Margusson Dornelas de Britto	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
37	Maria Carla dos S. Magalhães	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
38	Maria do Carmo Machado	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
39	Maria Margarida da Rocha	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
40	Maurício da Silva Gomes	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
41	Mauritania Carneiro Teixeira Melo	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
42	Nahôr Gueiros Malta Júnior	Médico Veterinário	Médico Veterinário	SISA/DDA
43	Nelson Dutra Buarque Filho	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
44	Nivaldo Pessoa de Santana Filho	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
45	Renilda Maria Barbosa de Andrade	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
46	Roberto Álvaro Travassos Pereira	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
47	Roberto Rodrigues de Moura	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
48	Roberto Santos França	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
49	Romero Cesar Tavares	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
50	Romero de Oliveira Campelo	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
51	Ruben Cícero dos Santos	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
52	Samuel Lira e Silva	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
53	Severino Vicente Gomes	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
54	Vera Lúcia Paula da Silva Gomes	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
55	Vicente Ferreira Filho	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
56	Waldir Pereira Tavares	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
57	Washington P. de Medeiros Filho	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA

Fonte: SISA

Análise Crítica

Essa ação tem por finalidade garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade, a inocuidade e a qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal.

As principais atividades desenvolvidas nessa ação foram:

(a) Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-mortem e post-mortem dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas,



coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação;

(b) Fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida;

(c) Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e seus pré-requisitos, Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional (PPHO) e Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos (FFAs, auditores, Responsáveis Técnicos e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas;

(d) Classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada.

Os recursos orçamentários disponíveis foram descentralizados regularmente e executados conforme programação enviada.

A área de Inspeção do SISA/DDA/SFA/PE vem sofrendo ao longo dos anos uma constante diminuição do número de servidores envolvidos na execução das atividades em decorrência de pedidos de aposentadorias e a falta de oxigenação do quadro funcional que só pode ser feito mediante concurso público.

As metas iniciais estabelecidas pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA) para área de Inspeção do SISA/PE, para o ano de 2012, foram trinta e nove estabelecimentos registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, porém foram corrigidas para trinta e três, visto que os estabelecimentos registrados sob os SIFs 2893, 1576, 569 e 4206 sofreram suspensão das atividades, e sob os SIFs 841 e 591 não entraram em atividades no ano de 2012.

O Decreto nº 7.689/2012, que limitava a concessão de diárias para os servidores, causou uma diminuição das atividades, porém, sem comprometer o resultado final.

Analizando os indicadores observa-se que houve um desempenho bastante satisfatório dessa ação no exercício de 2012.

Identificação da Ação							
Código		8939					
Descrição		Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal					
Iniciativa		0279 - Inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal					
Unidade Responsável		SFA/PE					
Unidade Orçamentária		22101 - MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Aplicação
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
39.071,42	39.071,42	39.071,42	38.790,69	0,0	0,0	38.790,69	99,28%
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
				Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Estabelecimento inspecionado		unidade	90	73	39.071.42	38.790.69

Fonte: SIAFI/SIPLAN/SISV



Indicadores de desempenho da Ação		
Eficiência	Eficácia	Efetividade
58,1%.	81,1%	71,4%
Memória de cálculo		
Eficiência: relação entre os custos unitários por estabelecimento controlado para os exercícios 2011 e 2012. $= 211,53$ (custo direto unitário de 2011) / $363,81$ (custo direto unitário de 2012) X 100 = 58,1% Onde: custo direto unitário = (gasto com diárias + gastos com material de consumo) / nº de termos de inspeção.		
Eficácia: relação entre as fiscalizações executadas e as programadas Durante o ano $= 73/90$ X 100 = 81,1%%		
Efetividade: taxa de conformidade de vinhos, bebidas e vinagres = n.º de estabelecimentos dentro do Padrão / (total de termos de inspeção - auto de infração) X 100. Estabelecimentos dentro do padrão = total – termo de intimação = $73-23 = 50$. Termos de inspeção = 100; autos de Infração = 30. $= 50 / (100 - 30)$ X 100 = $50/70$ X 100 = 71,4%		

Tabela VII - Recursos Humanos envolvidos com a execução da ação 8939 (PI: IPVEGETAL2)

N.º	NOME	FORMAÇÃO	CARGO	LOTAÇÃO
1	Ana David de Sousa Camello	Química	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
2	Evine Maria Silva Fernandes	Química Industrial	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
3	Ilma Maria Gonçalves	Química Industrial	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
4	Ione Maria F. Queiroz	Química	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
5	Nelson Luiz Abdon Pinto	Engenharia Química	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
6	Sara Medeiros da Rocha Melo	Engenharia Agrônoma	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
7	Albertina Correia Lins	Técnico de Laboratório	Técnico de Laboratório	SISV/DDA
8	Hilda Maria da Silva	Veterinária e Zootecnista	Agente de Ativ. Agropecuária	SISV/DDA
9	Josafa Correia Leitão	Técnico Agrícola	Agente de Ativ. Agropecuária	SISV/DDA
10	Jessica Augusto de Souza	3º ano do ensino médio	Estagária	SISV/DDA

Fonte: SISV

Análise Crítica

O estabelecimento das metas da inspeção e fiscalização de vinhos e bebidas de origem vegetal, referentes a essa ação, foi realizado com base na análise dos dados obtidos nos exercícios anteriores, sendo em seguida submetidos à Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas – CGVB/DIPOV/SDA para consolidação e ajustes, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, sendo as metas posteriormente informadas via SIPLAN pelo Coordenador de Ação Nacional.

Tabela VIII - Demonstrativo das atividades de inspeção e fiscalização da ação 8939 em 2012

Item	Produtos da atividade de fiscalização/inspeção	Quantidades
1	Auto de Infração	30
2	Termo de Colheita de Amostras p/controle de qualidade	43
3	Termo de Inspeção de Estabelecimentos produtores	100
4	Termo de Apreensão de Produtos Irregulares	07
5	Termo de Intimação	23
6	Laudo de Vistoria	07
7	Instrução de Processos Administrativos de Auto de Infração (Relatório de 1ª Instância)	40
8	Apreciação de Defesa	38
9	Notificação de Julgamento	38
10	Advertência	0
11	Valor das Multas Aplicadas (em R\$)	267.200,00



Fonte: SISV

Houve redução da meta financeira anteriormente programada no plano operativo para a atividade, o que levou a uma reprogramação da meta física.

Os recursos orçamentários e financeiros foram disponibilizados pelo órgão central mês a mês, ocasião em que o Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal – SISV/SFA/PE programava e aplicava os recursos da melhor forma para atender as demandas.

Além da meta física registrada no SIPLAN, que é a inspeção de estabelecimentos com a aplicação de Lista de Verificação, há outras atividades não contabilizadas, mas que igualmente demandam tempo, recursos financeiros e humanos, como a apuração de denúncias, coleta de amostras com fins de importação e exportação, vistoria de estabelecimentos, entre outros.

Os recursos humanos disponíveis para as atividades fins do programa são cinco Fiscais Federais Agropecuários, um dos quais está atendendo a três áreas distintas, quais sejam, “controle de resíduos e contaminantes”, “padronização e classificação vegetal” e, também, na área de “vinhos e bebidas”, contribui com relatoria de 1ª instância nos processos de auto de infração. Há também quatro técnicos de nível médio que dão suporte às três citadas áreas.

Avaliando os indicadores do desempenho operacional da Ação 8939 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal, num ano atípico com ocorrência de greve da categoria de Fiscal Federal Agropecuário e de restrições em deslocamentos de servidores, provocadas pelo Decreto nº 7.689/2012, conclui-se que houve um desempenho bem satisfatório para eficácia e efetividade.

O mesmo não se observa com relação a eficiência. A razão básica para o aumento do custo unitário é a implantação rigorosa da diretriz da CGVB/DIPOV/SDA de aplicar a Lista de Verificação em todas as inspeções, o que implica no aumento do tempo gasto por inspeção/fiscal e, consequentemente na redução do número de estabelecimentos inspecionados por viagem e no incremento do custo de cada inspeção.

Identificação da Ação							
Código		4746					
Descrição		Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal					
Iniciativa		027A - Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal					
Unidade Responsável		SFA/PE					
Unidade Orçamentária		22101 - MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Aplicação
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
642.789,88	642.789,88	642.789,88	642.106,71	0,0	0,0	642.106,71	99,89%
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
				Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização realizada		unidade	80	101	642.789,88	642.106,71

Fonte: SIAFI/SIPLAN/SISV



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco

Indicadores de desempenho da Ação		
Eficiência	Eficácia	Efetividade
158,1%	126,3%	71,4%
Memória de cálculo		
Eficiência: relação entre os custos unitários das fiscalizações realizadas no ano 2011 e 2012. = 241,85 (custo direto unitário do ano de 2011) / 153,00 (custo direto unitário do ano de 2012) X 100 = 158,1%		
Eficácia: Relação entre as fiscalizações executadas e as programadas durante o ano = 101 / 80 X 100 = 126,3%		
Efetividade: (total de fiscalizações – N° de Auto de Infrações) / (total de Fiscalizações) X 100. = 101-28 / 121 X 100 = 72,3%		

Tabela IXX - Recursos Humanos envolvidos com a execução da ação 4746

N.º	NOME	FORMAÇÃO	CARGO/ ATRIBUIÇÃO	LOTAÇÃO
1	Sara M. da Rocha Melo	Eng. ^a Agrônoma	FFA/Classificadora	SISV/DDA
2	Silvana Correia Mendonça	Química Industrial	FFA	SISV/DDA
3	Rômulo Sávio Monteiro	Eng. ^o Agrônomo	F FA/Classificador	UTRA Caruaru
4	Enoque Príncipe Junior	Técnico Agrícola	Agente At. Agropec. /Classificador	SISV/DDA
5	José L. Xavier dos Santos	Técnico Agrícola	Auxiliar de Op ./Classificador	UTRA Caruaru
7	José Carlos Paes de Lira	Nível médio	Administrativo	SISV/DDA
8	Renato Bezerra Barbosa	Nível médio	Administrativo	SISV/DDA
9	Dávilla Alessandra da S. Alves	Estudante de Agronomia	Estagiária	SISV/DDA

Fonte: SISV

Análise Crítica

O SISV/DDA/SFA/PE executa as seguintes atividades e processos na área de Qualidade Vegetal: 1) fiscaliza a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico padronizados; 2) credencia e fiscaliza os serviços credenciados de classificação vegetal; e 3) subsidia a elaboração ou alteração de padrões e especificações destes produtos e tem outras atividades, de acordo com as novas Normas que vem sendo publicadas mais recentemente.

No exercício de 2012 houve mudança no produto da ação, que passou de quantidade de produtos classificados, em toneladas, para n° de fiscalizações realizadas, o que mudou a forma do cálculo dos indicadores. Assim, a eficiência levou em consideração apenas as despesas realizadas com as fiscalizações, elementos de despesa 339014, 339033 e 339030, deixando de fora as despesas com o pagamento da empresa credenciada para classificação de produtos vegetais importados, elementos de despesa 339039, 339092 e 339093.

Tabela XX - Principais despesas vinculadas à ação 4746 em 2012

Natureza das despesas	Provisão recebida	Liquidado
339014	13.002,50	12.787,33
339033	288,76	288,76
339039	50.851,33	50.383,33
339030	2.377,04	2.377,04
339092	428.005,76	428.005,76
339093	148.264,49	148.264,49
TOTAL	642.789,88	642.106,71

Fonte: SIAFI



Os recursos gastos no elemento de despesa 339039 foram utilizados para efetivação do repasse de pagamento para a empresa credenciada, Proquality Serviços Ltda, prestadora de serviços de classificação de produtos vegetais importados, internalizados pelas unidades do Vigiaagro no âmbito da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco.

Demonstrativo das atividades de inspeção/fiscalização da classificação de produtos vegetais em 2012

Item	Produtos da atividade de fiscalização	Quantidades	
		2011	2012
01	Auto de Infração	39	28
02	Auto de Coleta de Amostras p/controle de qualidade	164	156
03	Quantitativo Fiscalizado pelos Fiscais da SFA (Toneladas)	5.515,07	25.246,81
04	Termo de Fiscalização de Estabelecimentos Embaladores	25	16
05	Termo de Fiscalização de Estabelecimentos Varejistas atacadistas	67	80
06	Termo de Inspeção de Credenciadas	4	5
07	Intimação	31	23
08	Advertência	20	5
09	Valor das Multas Aplicadas	190.843,05	120.859,41

Fonte: SISV/DDA

Dos resultados obtidos, verifica-se que o quantitativo fiscalizado, em toneladas, aumentou consideravelmente do ano de 2011 para 2012, fato ocorrido devido ao número maior de produtos importados que entraram pelas Unidades de Vigilância Agropecuária Porto do Recife e Porto de Suape.

Por outro lado, os produtos coletados tiveram um índice de conformidade maior que do ano passado, gerando menos autos de infração, advertências e multas.

O quantitativo de servidores versus o volume de trabalho no Estado é deficitário, o que dificulta o cumprimento das metas dessa ação, visto que os servidores também prestam serviços em outras áreas concomitantemente, sendo de extrema necessidade aumentar o número de técnicos para atender a demanda de fiscalização na área.

Os trabalhos desenvolvidos nessa ação seguiram as orientações emanadas da Coordenação Geral de Qualidade Vegetal-CGQV/DIPOV/SDA, em Brasília

Durante o ano em relato foi realizado processo licitatório para contratação de empresa prestadora de serviços de coleta e classificação de produtos vegetais importados, tendo sido firmado novo contrato no final de dezembro.

Avaliando os indicadores de desempenho dessa ação, conclui-se que os trabalhos alcançaram as metas pré-estabelecidas no Plano Operativo Anual - POA 2012 e o resultado foi bastante satisfatório.

Identificação da Ação	
Código	4723
Descrição	Controle de resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal
Iniciativa	0277 - Controle de resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal
Unidade Responsável	SFA/PE
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA



Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Aplicação
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
01	Análise realizada	unidade	48	41	0,0	0,0	

Fonte: SIAFI/SIPLAN/SISV

Indicadores de desempenho da Ação		
Eficiência	Eficácia	Efetividade
* ¹	85,4%	87,8%
Memória de cálculo		
* ¹ Eficiência: indicador não trabalhado por não ter havido descentralização de recursos.		
Eficácia: relação entre as coletas de amostras executadas e as programadas durante o ano. = 41/48 X 100 = 85,4%.		
Efetividade: taxa de conformidade dos produtos. = número de amostras coletadas dentro do padrão / total de amostras coletadas x 100 = 36/41 X 100 = 87,8%.		

Tabela XXI - Recursos Humanos envolvidos com a execução da ação 4723

Nº	NOME	FORMAÇÃO	CARGO/ ATRIBUIÇÃO	LOTAÇÃO
01	Silvana C. de Mendonça	Química Industrial	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
02	Sara Medeiros da R. Melo	Eng. ^a Agrônoma	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
03	Antônio Carlos F. de Souza	Eng. ^o Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO/SUAPE
04	Carlos Augusto Martins Pereira	Eng. ^o Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO/PETROLINA
05	Enoque Príncipe Júnior	Técnico Agrícola	Ag. de Ativ. Agropecuário	SISV/DDA

Fonte: SISV

Análise Crítica

A execução do Plano Nacional de Controle de Resíduos e contaminantes em Produtos de Origem Vegetal – PNCRC/Vegetal, instituído pela Instrução Normativa MAPA nº 42 de 31/12/2008, iniciou em 2009.

A partir da publicação da IN nº 21 de 30/07/2009, foram definidos os Programas Nacionais de Controle de Resíduos e Contaminantes para diversas culturas agrícolas, entre elas a manga e a uva, sendo iniciada a coleta de amostras para controle analítico de resíduos de agrotóxicos.

No ano de 2012 não foi disponibilizado recurso para essa ação. Todo o recurso necessário a execução das atividades inerentes a essa ação foi descentralizado pela Coordenação Geral de Qualidade Vegetal em Brasília, via Plano Interno PI PADCLASSIF.

Tabela XXII - Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal

	PRODUTOS DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO	PREVISTO	REALIZADO
01	Amostras de Abacaxi coletadas	01	00
02	Amostras de Alface coletadas	01	01
03	Amostras de Banana coletadas	02	01
04	Amostras de Maça coletadas	09	12
05	Amostras de Mamão coletadas	10	10
06	Amostras de Manga coletadas	05	05
07	Amostras de Melão coletadas	09	03



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco

08	Amostras de Pimentão coletadas	05	03
09	Amostras de Trigo coletadas	04	04
10	Amostras de Uva coletadas	02	02
TOTAL		48	41

Fonte: SISV

Das quarenta e uma amostras coletadas, conforme quadro acima, cinco deram fora do padrão, totalizando trinta e seis amostras dentro do padrão.

Na avaliação dos indicadores de desempenho da Ação 4723 – Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal, conclui-se que os trabalhos foram desenvolvidos dentro do que foi estabelecido no Plano Operativo Anual - POA 2012, e que os resultados alcançados foram bastante satisfatórios.



4.1.4.2 Ações Inerentes aos Programas - Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG

EQUIPE DE TRABALHO

José Alves de Araújo Filho – DAS - Chefe

Robismar Leal – Engenheiro Agrônomo – Fiscal Federal Agropecuário – Chefe Substituto

Gerson Harrop Filho – Médico Veterinário – Fiscal Federal Agropecuário

Aluisio José Rodrigues e Silva – Técnico em Agropecuária – Agente de Atividades Agropecuárias

Leda Maria dos Santos Melo – Formação Básica em Agropecuária – Auxiliar Operacional em Agropecuária.

Além do quadro efetivo acima, a DPDAG/SFA-PE conta com a colaboração dos Fiscais Federais Agropecuários Vladimir Oliveira Guimarães, nas ações relacionadas aos PI DESENGORG e CERTORGAN, José de Anchieta Martins Vieira, nas ações relacionadas ao PI INDGRAF e Judas Tadeu Francisco de Oliveira nas ações de fiscalização das Associações de Criadores com sede no estado de Pernambuco, auditando o controle de registro genealógico (PI APOIOPEC).

Relacionamos a seguir as Ações desenvolvidas pela DPDAG/SFA-PE durante o ano-base 2012

ACÃO: 8606 – DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA – PRÓ-ORGÂNICO – PI DESENGORG

		Identificação da Ação					
Código		8606					
Descrição		Desenvolvimento da agricultura orgânica – pró-orgânico					
Iniciativa		Código 02XB - Promoção do desenvolvimento da Agricultura Orgânica pelo aumento do acesso às tecnologias apropriadas e pela ampliação dos mercados de produtos orgânicos por meio de campanhas de conscientização.					
Unidade Responsável		DEPROS/SDC/MAPA					
Unidade orçamentária		22101 - MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (Em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a pagar		Valores pagos	Aplicação
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não processados		
3.095,70	3.095,70	3.095,70	2.736,99	0,0	0,0	2.736,99	88,41%

Fonte: SIAFI/SIPLAN/DEPDAG

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2013
8606 - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-orgânico	DESENGORG	Pessoa Beneficiada (Unid.)	0	0	0	0	*
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2013
01. Informação, Fomento e Treinamento em Sistemas de Produção Agropecuários.	DESENGORG	Pessoa Beneficiada (Unid.)	0	0	0	0	*



ATIVIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE
1.1. Planejamento e realização da 8ª Semana do Alimento Orgânico, no período de 26/05 a 02/06/2012, com distribuição de material de divulgação da produção orgânica/contato com consumidores nas feiras livres de produtos orgânicos. Mês: maio/junho Local: Recife/Olinda/Gravatá/Ribeirão(PE)	01	evento
1.2. Planejamento e condução dos trabalhos relacionados à eleição dos membros da CPOrg/PE. Mês : março. Local: Recife/PE	01	evento
1.3. Participação, com realização de palestra, no I Encontro de Produtores Orgânicos da Mata Sul, promovido pelo Fundo de Proteção à Saúde e Meio Ambiente, realizado na cidade de Amaraji/(PE). Mês: maio Local: Amaraji/PE	01	palestra
1.4 Planejamento e realização de eleição para o representante do estado de Pernambuco na Comissão Nacional da Produção Orgânica (CNPORG) Mês: março Local: Recife/PE	01	evento

Fonte: DEPDAG

Análise Crítica

As ações desenvolvidas durante o ano de 2012 foram focadas na consolidação da Comissão Estadual de Orgânico (CPOrg/PE), com eleição de nova diretoria, visando estabelecer durante o ano de 2013 um fórum para discussão e planejamento de ações voltadas ao fomento e desenvolvimento da agricultura orgânica no estado de Pernambuco.

No período de 26 de maio a 02 de junho/2013 realizou-se a 8ª Semana do Alimento Orgânico, evento que já se tornou tradicional, com sua realização na última semana do mês de maio, planejada pela DPDA/PE, a quem coube a coordenação das ações, contando com a participação do Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA) e Fundo de Proteção à Saúde e Meio Ambiente (FUSAMA). Estivemos presentes ou representados por produtores orgânicos vinculados ao SERTA e FUSAMA nas diversas feiras livres orgânicas de Recife/Olinda/Gravatá/Ribeirão, onde foi feita a distribuição de material de divulgação relacionado à produção de alimentos orgânicos e mantidos contatos com consumidores para esclarecimentos sobre este tipo de alimento.

A DPDA/PE participou do I Encontro de Produtores Orgânicos da Mata Sul, realizado na cidade de Amaraji/PE, tendo o Fiscal Federal Agropecuário Vladimir Guimarães proferido palestra sobre os benefícios inerentes ao alimento orgânico e normas legais que regem sua produção.

ACÃO: 4720 – APLICAÇÃO DE MECANISMOS DE GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA – PI CERTORGAN

		Identificação da Ação					
Código		4720					
Descrição		Aplicação de mecanismos de garantia da qualidade orgânica – certorgan1					
Iniciativa		Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização					
Unidade Responsável		DEPROS/SDC/MAPA					
Unidade orçamentária		22101 - MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (Em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos apagar		Valores pagos	Aplicação
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não processados		
885.00	885.00	885.00	802.10	0.0	0.0	802.10	82.9%

Fonte: SIAFI/SIPLAN/DEPDAG



AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
4720 –Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica	CERTORGAN1	Unidade Controlada	0	0	0	0	*
PROCESSO							
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
01. Credenciamento e Fiscalização do Exercício de Entidades Certificadoras de Produtos Orgânicos por Técnicos do MAPA.	CERTORGAN1	Unidade Controlada	0	0	0	0	*
ATIVIDADE							
ATIVIDADE			Quantidade		Unidade		
1.1 Coordenação de oficina sobre regularização de agricultores por meio do sistema participativo de garantia e organização de controle social (OCS). Período: março Local: Glória do Goitá (PE)			1		evento		
1.2 Participação nas ações de instrução e acompanhamento do processo de cadastramento de Organização de Controle Social. Período: abril Local: Serra Talhada (PE)			1		evento		
1.3 Capacitação em auditoria na aplicação dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica. Período: Outubro Local: Brasília/DF			1		Treinamento		

Análise Crítica

O crescente volume de produção e demanda por alimentos orgânicos vem exigindo a presença fiscalizadora do MAPA, haja vista a necessidade de se garantir a qualidade dos produtos e consequente credibilidade por parte dos consumidores. Com este objetivo a DPDAG/PE participou das atividades indicadas nos itens 1.1 e 1.2 acima. Visando atender os requisitos citados e com a possibilidade de ser necessária a realização de auditorias em empresas certificadoras de produtos orgânicos, encaminhamos o Fiscal Federal Agropecuário Robismar Leal para ser treinado junto à Coordenação de Agroecologia (COAGRE/MAPA) em Brasília/DF, encontrando-se referido servidor apto à execução da ação fiscalizadora da conformidade orgânica.



**ACÃO 8598: APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS
PECUÁRIAS – PI APOIOPEC**

		Identificação da Ação					
Código		8598					
Descrição		Apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas pecuárias					
Iniciativa		Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização					
Unidade Responsável		DEPROS/SDC/MAPA					
Unidade orçamentária		22101 - MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (Em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos apagar		Valores pagos	Aplicação
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não processados		
1.387,20	1.387,20	1.387,20	1.234,81	0,0	0,0	1.234,81	89,0%

Fonte: SIAFI/SIPLAN/DEPDAG

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2013
	APOIOPEC	0	0	0	0	0	*
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2013
.	APOIOPEC	0.	0	0	0	0	*

Análise Crítica

Durante o exercício de 2012 a única ação realizada ao abrigo deste PI constituiu-se no treinamento do Fiscal Federal Agropecuário José de Anchieta Martins Vieira que, no período de 30/09 a 06/10/2012, participou do Curso para Formação de Consultores do Programa de Alimento Seguro (PAS), modalidade Leite, com o objetivo de conduzir a implantação deste Programa no estado de Pernambuco, cujas ações terão início durante o primeiro semestre do exercício de 2013.

**ACÃO 8593: APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE AGRICULTURA DE BAIXA
EMIÇÃO DE CARBONO – PI ORGMANEJO2**

		Identificação da Ação					
Código		8592					
Descrição		Apoio ao desenvolvimento de agricultura de baixa emissão de carbono					
Iniciativa		Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização					
Unidade Responsável		DEPROS/SDC/MAPA					
Unidade orçamentária		22101 - MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (Em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos apagar		Valores pagos	Aplicação
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não processados		
0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%

Fonte: SIAFI/SIPLAN/DEPDAG



ATIVIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE
1.1. Realizada a reunião de sensibilização com os representantes das entidades que deverão compor o Grupo Gestor Estadual (GGE) para as ações vinculadas ao Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono(ABC) Mês: Novembro Local: Recife/PE	01	reunião

Análise Crítica

A meta prevista para o exercício de 2012 foi atingida com a realização da reunião de sensibilização com os representantes das entidades que deverão conduzir as ações vinculadas à implantação do Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Programa ABC) no Estado de Pernambuco, ficando estabelecido que a formação do Grupo Gestor Estadual deste Programa deverá ocorrer durante o exercício de 2013. Não houve descentralização de recursos para realização dessa atividade.

ACÃO: 2B47 – FOMENTO À INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS – IG – PI INDGRAF

		Identificação da Ação					
Código		2B47					
Descrição		Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários					
Iniciativa		Inovações para a Agropecuária					
Unidade Responsável		DEPTA/SDC/MAPA					
Unidade orçamentária		22101 - MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (Em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos apagar		Valores pagos	Aplicação
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não processados		
4.161,00	4.161,00	4.161,00	1.294,48	0,0	0,0	1.294,48	31,1%

Fonte: SIAFI/SIPLAN/DEPDAG

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2013
Ação 2B47 – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários.	INDGRAF	Produtor Atendido (Unid.)	1	1	1	100	*
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2013
01. Levantamento de produtos agropecuários com potencial de indicação geográfica e Apoio a projetos de promoção da IG.	INDGRAF	Produtor Atendido (Unid.)	0	0	0	0	2



ATIVIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE
1.1 Reunião com representantes da cadeia produtiva do mel da Chapada do Araripe visando definir a delimitação geográfica da área de produção. Mês: junho/2012 Local: Crato/CE.	01	reunião
1.2 Participação do Fiscal Federal Agropecuário Robismar Leal no Curso sobre Processo de Signos Distintivos-Indicação Geográfica e Marcas Coletivas. Mês: Novembro Local: Parari/RJ.	01	treinamento

Análise Crítica

As ações deste PI são voltadas para a prospecção e incentivo às cadeias produtivas agropecuárias com potencial para Indicação Geográfica (IG). Sem descuidar do acompanhamento do convênio nº 755098/2010 que tem por objetivo a certificação do queijo de coalho do Agreste Pernambucano, cuja execução foi prejudicada pelo movimento grevista que envolveu pesquisadores ligados à Universidade Federal Rural de Pernambuco, participantes do projeto, e mais ainda pela estiagem que se verificou na região onde está localizada a principal bacia leiteira do estado, implicando na redução drástica da produção, levando os produtores e empregarem todos os seus esforços na manutenção da atividade, deixando de colaborar com as ações vinculadas ao projeto, iniciamos nossa participação no processo que visa a certificação do mel produzido na região da Chapada do Araripe. O processo teve início sob a coordenação do SEBRAE, mas por envolver produtores dos estados de Pernambuco, Ceará e Piauí, fez-se necessária a participação do MAPA.

Realizamos uma reunião em junho/2012, na cidade do Crato(CE), com a participação de representantes das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento dos estados citados, representantes do SEBRAE e dos produtores para definição da área de produção do mel. Ao final do encontro constatou-se haver graves divergências entre os envolvidos no que diz respeito à delimitação da área de produção, ficando acordada a realização de reuniões a nível estadual durante o segundo semestre/12 com a finalidade de melhor esclarecer os produtores sobre o processo de certificação em IG, como forma de obter deles uma definição sobre a adesão ou não ao processo.

Embora o órgão central do MAPA tenha repassado os recursos para viabilizar a participação dos seus servidores, não foi possível a realização dos encontros pela incompatibilidade de agenda dos envolvidos, acarretando execução financeira modesta com sobra expressiva de recursos. Por outro lado, a DPDAG/SFA-PE visando incrementar as ações de prospecção de outras cadeias produtivas no estado de Pernambuco, passíveis de apoio, encaminhou o Fiscal Federal Agropecuário Robismar Leal para treinamento junto à Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica em Brasília(DF), tornando-o capaz de desenvolver as ações pertinentes.



ACÃO 2177 – FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS AGRÍCOLAS

		Identificação da Ação					
Código		2177					
Descrição		Fiscalização dos Serviços Agrícolas					
Iniciativa		02XL – Coordenação e fiscalização de serviços agrícolas					
Unidade Responsável		SFA-PE.					
Unidade orçamentária		22101 - MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (Em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos apagar		Valores pagos	Aplicação
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não processados		
12.639,18	12.639,18	12.639,18	11.021,15	0,0	0,0	11.021,15	87,2%

Fonte: SIAFI/SIPLAN/DEPDAG

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalizações	unidade	18	23	12.639,18	11.021,15

Fonte: SIAFI/SIPLAN/DPDAG

Indicadores de desempenho da Ação		
Eficiência	Eficácia	Efetividade
*1	127,8%	100,0%
Memória de cálculo		
*1 Eficiência: indicador não trabalhado devido as metas e recursos de 2011 diferentes de 2012.		
Eficácia: relação entre as metas realizadas e as programadas = $23/18 \times 100 = 127,8\%$		
Efetividade: N.º de estabelecimentos conformes / Total de estabelecimentos X 100. = $23 / 23 \times 100 = 100,00\%$		

Análise Crítica

As ações de fiscalização foram distribuídas durante todo o exercício de 2012. Foram fiscalizadas 23 usinas/destilarias que utilizam serviços aeroagrícolas, abrangendo uma área superior a 320.000 ha da cultura de cana de açúcar, e ainda as áreas de cultivo de banana nos municípios de Vicência e São Vicente Ferrer, com área aproximada de 260 ha. Nestas fiscalizações foram prestadas orientações sobre a construção dos pátios de descontaminação de aeronaves, verificadas as condições de operação e segurança dessas aeronaves, das pistas de pouso e decolagem, bem como se os agroquímicos utilizados estavam em conformidade com a legislação. No curso das fiscalizações observamos que as usinas/destilarias não dispunham de técnicos capacitados na execução dos serviços aeroagrícolas. Com o apoio da empresa de aviação agrícola Madrid e da Usina São José Ltda, situada no município de Igarassu(PE), esta DPDAG promoveu o I Curso de Executores em Aviação Agrícola, ministrado pelo Centro Brasileiro de Bioaeronáutica, no período de 17 a 21/09/2012, resultando na capacitação de 19 técnicos agrícolas atuantes nos estados de Pernambuco e Paraíba.

Esta DPDAG promoveu e coordenou a 1ª Reunião Técnica da Aviação Agrícola de Pernambuco, realizada no auditório da Usina São José Ltda, contando com a participação dos Engenheiros Agrônomos e Técnicos Agrícolas das usinas/destilarias situadas nos estados de Pernambuco e Paraíba, de Inspectores da ANAC/PE, professores da Universidade Federal Rural de Pernambuco, fiscais da Agência de Fiscalização e Defesa Agropecuária de Pernambuco (ADAGRO), representantes do IBAMA e CREA/PE, totalizando 38 participantes.



ACÃO: 20SR ESTUDOS DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DA PRODUÇÃO – PI INFRALOG

		Identificação da Ação					
Código		20SR					
Descrição		Estudos de infraestrutura e logística da produção					
Iniciativa		Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização					
Unidade Responsável		DIEL/SDC/MAPA					
Unidade orçamentária		22101 - MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (Em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos apagar		Valores pagos	Aplicação
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não processados		
1.245,50	1.245,50	1.245,50	*	0,0	0,0	0,0	0,0%

Fonte: SIAFI/SIPLAN/DEPDAG

ATIVIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE
1.1. Participação no Curso de Formação no Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras. Mês: Novembro. Local: Londrina/PR.	01	curso

Análise Crítica

A atividade do PI INFRALOG, durante o exercício de 2012, resumiu-se ao curso de formação do Fiscal Federal Agropecuário Robismar Leal. Trata-se de uma atividade nova incluída no rol de atribuições da DPDA/PE, a ser executada por demanda do órgão central.

Acredita-se que os procedimentos de fiscalização das unidades armazenadoras, compreendendo cadastramento de unidades, localização, isolamento, acesso, infraestrutura, ambiente de atendimento ao público, armazenagem de grãos, sistemas de pesagem, movimentação, limpeza e secagem e certificação dessas unidades serão demandados no decorrer do ano de 2013.

Os recursos descentralizados para a atividade foram posteriormente anulados, tendo em vista que as despesas com o deslocamento do servidor acima foram assumidas diretamente pelo órgão central em Brasília.

ACÃO: 2B17 – FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE REPASSE – PI FISCONTRATO

		Identificação da Ação					
Código		2B17					
Descrição		Fiscalização de contratos de repasse					
Iniciativa		Agricultura Sustentável, Abastecimento e Comercialização					
Unidade Responsável		DIEL/SDC/MAPA					
Unidade orçamentária		22101 - MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (Em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos apagar		Valores pagos	Aplicação
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não processados		
530.00	530.00	530.00	473.01	0.0	0.0	473.01	89,3%

Fonte: SIAFI/SIPLAN/DEPDAG



ATIVIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE
1.1 Fiscalização de contratos de repasse firmados com as Prefeituras de Ribeirão, Palmeirina, Cortês, Pedra, Tacaimbó, Chã Grande e Belém de Maria Mês: Dezembro. Local: municípios acima citados.	07	fiscalização

Indicadores de desempenho da Ação		
Eficiência	Eficácia	Efetividade
*1	116,7%	100,0%
Memória de cálculo		
*1 Eficiência: indicador não trabalhado devido as metas e recursos de 2011 diferentes de 2012.		
Eficácia: relação entre as metas realizadas e as programadas = $7/6 \times 100 = 127,8\%$		
Efetividade: N.º de contratos conformes / Total fiscalizados X 100. = $7/7 \times 100 = 100,00\%$		

Análise Crítica

Com relação às ações relativas ao PI FISCONTRATO, os recursos liberados foram destinados à fiscalização dos Contratos de Repasse celebrados entre o MAPA e as Prefeituras, com objetivos inseridos no Plano de Trabalho. Foram realizadas fiscalizações *in loco* nos municípios de Cortês, Pedra, Tacaimbó, Chã Grande, Belém de Maria, Palmeirina e Ribeirão, por demanda do Órgão Central.

A DPDAG/SFA/PE analisou, durante o exercício de 2012, cinquenta e nove (59) novas propostas de Contratos de Repasse lastreadas por Emendas Parlamentares, oriundas do Orçamento Geral da União (OGU), resultando na aprovação de 31 propostas que foram encaminhadas à Gerência de Apoio ao Desenvolvimento Urbano (GIDUR), da Caixa Econômica Federal para as providências de contratação/liberação dos recursos. Estas propostas e respectivos planos de trabalho são analisados pela SFA, a quem cabe a aprovação ou rejeição, para verificação da compatibilidade do objeto proposto com as ações previstas na Portaria nº 1.232/MAPA, de 23/12/2008, e adequação aos programas governamentais. A análise do projeto básico, contratação, liberação dos recursos, avaliação técnica, acompanhamento da execução, vistoria e análise da prestação de contas cabem à Caixa Econômica Federal. Assim, após serem analisadas, as propostas passam a ser conduzidas pela Caixa Econômica Federal – CEF e a SFA não tem mais controle sobre os pleitos, os quais retornam apenas para aprovação ou indeferimento de pedidos de ajuste no plano de trabalho quando solicitado pelo proponente.



4.1.4.3 Ações Inerentes ao Programa - Divisão de Apoio Administrativo - DAD

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		4716				
Descrição		Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas				
Iniciativa		Programa de Gestão e Manutenção do MAPA				
Unidade Responsável		DAD/SFA/PE				
Unidade Orçamentária		22101 - MAPA				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.201.427,18	1.201.427,18	1.201.219,21	721.908,06	0	0	714.251,77
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Operação dos serviços Administrativos da Unidades Descentralizadas	Custeio	10	09	1.201.427,18	714.251,77

FONTE: SIGPLAN -DAD/SFA/PE

Análise Crítica

Dentro de um quadro de poucos recursos descentralizados para o exercício de 2012 no Plano Interno MANUTSFAS, a Superintendência atingiu os objetivos traçados, mesmo tendo que abrir mão (quando da elaboração da planilha orçamentária), de aquisições e contratações, a nosso ver, indispensáveis à melhoria da qualidade dos serviços prestados aos nossos clientes, bem como do conforto ofertado aos nossos servidores.

Nos serviços de custeio executados, não conseguimos concluir os de recuperação das instalações físicas.



4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

Os quadros que compõem este subitem (4.2) visam a orientar a elaboração dos conteúdos exigidos no subitem 4.3 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 119/2012.

Dessa forma, **SE APLICA a SFA/PE** apenas os quadros estruturados em dois (2) grupos de informação, contido no item 4.2.3 – Movimentação de Créditos Interna e Externa. O primeiro grupo contém os créditos internos e externos recebidos para a realização de despesas correntes, enquanto o segundo contém os créditos internos e externos recebidos para a realização de despesas de capital.

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

A SFA/PE não é UO e não tem UGO consolidada ou agregada.

4.2.2 Programação de Despesas

A SFA/PE não é Unidade Orçamentária.



4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Este quadro contempla cinco (5) colunas e está dividido em dois (2) grupos de informação. O primeiro contém os créditos internos e externos recebidos para a realização de despesas correntes, enquanto o segundo contém os créditos internos e externos recebidos para a realização de despesas de capital.

No **Quadro A.4.11** abaixo, denominado **Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa**, esta SFA/PE se enquadra no conjunto dos créditos orçamentários recebidos.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco

QUADRO A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos		130025	20.122.2105.20TP	7.537,18		
				20.121.2014.1K40	-		8.905,87
				20.122.2105.4716	-		1.357.221,27
				20.1252014.2B17	-		530,00
				20.125.2014.2177	-		12.639,18
				20.125.2014.4720			885,00
				20.125.2028.2019	-		13.435,53
				20.125.2028.2124	-		19.300,61
				20.125.2028.2140	-		9.956,15
				20.125.2028.2141	-		34.390,59
				20.125.2028.2179	-		47.449,38
				20.125.2028.2909	-		7.247,66
				20.125.2028.4745	-		2.000,00
				20.125.2028.4746	-		642.789,88
				20.125.2028.8938	-		65.293,30
				20.125.2028.8939	-		39.071,42
				20.128.2105.4572	-		8.301,50
				20.602.2014.8598	-		1.387,20
				20.603.2028.2134	-		306.467,54
				20.603.2028.2136	-		72.000,00
				20.603.2028.2180	-		20.304,30
				20.603.2028.8572	-		1.003.257,13
				20.604.2028.2181	-		2.761,00
				20.604.2028.4842	-		15.975,88
				20.604.2028.8658	-		26.700,62
				20.605.2014.20SR	-		1.245,50
				20.665.2014.8606	-		3.095,60
				20.665.2042.2B47	-		4.161,00
				20.691.2014.8548	-		1.500,00
				09.272.0089.0181	10.4945,25		-
Movimentação Externa	Concedidos		-	-	-	-	-
	Recebidos			20.122.2113.2000	-	-	54.405,32



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos		130025	20.122.2105.4716	46.8391,21	-	-
				20.603.2028.2134	13.1595,99	-	-
				20.603.2028.8572	55.0901,77	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

O quadro demonstra que os créditos orçamentários recebidos no PI MANUTSFAs, na modalidade de custeio ficaram aquém das necessidades básicas para o bom funcionamento de manutenção desta Superintendência, tais como: manutenção de veículos e equipamentos de refrigeração, dentre outros.



4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

As informações sobre a Execução Orçamentária estão divididas em dois (2) conjuntos de demonstrativos, que se subdividem em quadros, sendo **que o primeiro NÃO SE APLICA** a esta Unidade, conforme a seguir:

1. Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ:
2. **Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação:**
 - a. **Despesas por Modalidade de Contratação;**
 - b. **Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa;**
 - c. **Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.**

4.2.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários

Em razão de se referir ao **primeiro conjunto o qual NÃO SE APLICA** a Unidade.

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimento

Como já dito, o segundo demonstrativo, denominado **Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação**, contempla a mesma estrutura de informações do demonstrativo explanado anteriormente. A diferença entre esses demonstrativos está no fato de que o primeiro se refere à execução dos créditos iniciais recebidos da LOA ou dos créditos adicionais obtidos ao longo do exercício, enquanto o segundo se refere à execução dos créditos recebidos por movimentação interna e externa e deve ser preenchido por todas as UJ que tenham sido beneficiárias desses créditos. Assim, deixa-se de discriminar os quadros deste demonstrativo, pois são semelhantes aos quadros explanados no conjunto de demonstrativos associado à execução orçamentária de créditos originários da UJ.

Avaliando-se o quadro a seguir, constata-se que prioritariamente as licitações foram efetivadas por meio de pregão na modalidade eletrônica, ou por adesão a Atas de Registro de Preços originadas da mesma modalidade.



4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	1.205.822,68	2.981.473,77	2.113.373,50	1.985.671,38
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	1.205.822,68	2.981.473,77	2.113.373,50	1.985.671,38
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)	453.588,45	520.466,26	481.861,91	538.689,26
g) Dispensa	343.202,97	430.952,10	365.039,57	454.961,02
h) Inexigibilidade	110.385,48	89.514,16	116.822,34	83.728,24
3. Regime de Execução Especial	31.333,59	38.474,04	31.333,59	38.474,04
i) Suprimento de Fundos	31.333,59	38.474,04	31.333,59	38.474,04
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	423.668,94	604.570,67	423.668,94	604.570,67
j) Pagamento em Folha	112.482,43	157.096,66	112.482,43	157.096,66
k) Diárias	311.186,51	447.474,01	311.186,51	447.474,01
5. Outros	609.827,71	298.854,30	767.669,04	141.012,97
6. Total (1+2+3+4+5)	2.724.241,37	4.144.984,74	3.817.906,98	3.167.405,35

Fonte: SIAFI



4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

A descrição dos campos do quadro a seguir tem como referência as mesmas descrições do Quadro A.4.13.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco

QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal	-	-	112.484,43	160.163,17	-	-	112.484,43	160.163,17
Nome 1º elemento de despesa	-	-	112.484,43	160.163,17	-	-	112.484,43	160.163,17
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes	2.142.823,89	686.377,44	2.214.650,55	710.246,06	99.346,94	9.120,26	2.386.134,07	707.180,97
1º elemento de despesa - 3390-14	311.186,51	447.474,01	311.186,51	447.474,01	-	-	311.186,51	447.474,01
2º elemento de despesa – 3390-30	166.215,57	90474,60	135.407,94	114.343,22	28.807,63	9.120,26	149.050,89	99.022,96
3º elemento de despesa – 3390-33	25.767,25	141562,23	25.767,25	141.562,23	-	-	25.767,25	153.817,40
Demais elementos do grupo	1.639.654,56	6.866,60	1.742.288,85	6.866,00	70.539,31	-	1.900.129,42	6.866,60
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa Exercício	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos	468.391,21	303.459,00	303.459,00	992.820,00	468.391,21	303.459,00	1.296.279,00	447.474,00
1º elemento de despesa – 4490-52	468.391,21	303.459,00	303.459,00	992.820,00	468.391,21	303.459,00	1.296.279,00	447.474,00
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								



4.2.4.2.3 Análise Crítica

O considerável aumento no valor tanto das despesas, empenhadas, quanto das liquidadas e pagas, refletem uma melhor eficiência no nosso planejamento.

Nas despesas de capital, o incremento deveu-se a aquisição de mobiliário, nova central telefônica e arquivos deslizantes.

Por outro lado cancelamos notas de empenho relativas à contratação para recuperação das instalações elétricas, hidráulicas, cobertura, pintura e serviços complementares de alvenaria. face ao não cumprimento integral do objeto contratado, o que nos levará a aplicar sanções às duas empresas envolvidas.



5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.

Abrangência

Todas as unidades jurisdicionadas relacionadas no Anexo I da DN TCU nº 119/2012, obedecendo-se aos conteúdos especificados no Quadro **A1-Relacionamento entre as Unidades Jurisdicionadas e os Conteúdos Gerais do Relatório de Gestão.**

5.1 Reconhecimento de Passivos.

Não se aplica uma vez que não dispomos de passivos, conforme informações registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI no exercício de referência.

5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

A informação está estruturada em um único demonstrativo de modo a se obter os dados referentes à execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados, desde o exercício subsequente ao da inscrição até o exercício de referência do Relatório de Gestão.

Abrangência: Todas as unidades jurisdicionadas ao Tribunal, exceto os fundos.



5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

O **Quadro A.5.2** abaixo contempla o montante de restos a pagar de exercícios anteriores inscritos e os respectivos valores cancelados e pagos acumulados até o final do exercício de referência do relatório de gestão, bem como o saldo a pagar apurado no dia 31/12/2012, estando dividido em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados, que contêm a mesma estrutura de informação, que se descreve a seguir.

QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	-	-	-	-
2010	-	-	-	-
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	849.050,58	353.275,66	495.774,92	-0-
2010	2.341.945,74	254.186,33	2.087.768,41	-0-
...				

Fonte:

5.2.2 Análise crítica

Não foi apresentado nenhum saldo na rubrica de Restos a Pagar.



5.3 Transferências de Recursos.

Objetivo: Obter informações sobre as transferências realizadas pela UJ, no exercício de referência do Relatório de Gestão, mediante convênios, contratos de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso, bem como transferências a título de subvenções, auxílios ou contribuições, de modo a se avaliar as ações de controle e acompanhamento efetuadas pela UJ sobre essas modalidades de transferências financeiras a terceiros.

Assim, o objetivo desses pedidos de informações é fazer com a UJ demonstre o controle que tem sobre os recursos repassados, o cumprimento dos objetivos desses repasses, a regularidade da execução dos objetos, o controle sobre as prestações de contas pelos convenientes e as análises e verificações que o concedente deve fazer para garantir a efetividade da política pública conduzida por intermédio das transferências.



5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício.

Com relação a contrato de repasse, o acompanhamento dessa atividade está diretamente ligado a Caixa Econômica Federal, responsável pela contratação e liberação de recursos, e ao Órgão Central em Brasília que tem a responsabilidade de analisar a Prestação de Contas.

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento/SFA-PE apenas analisa a Proposta e o Plano de Trabalho inserido no Sistema de Convênios - SICONV.

Assim, informações referentes a Contratos de Repasse são de responsabilidade do Órgão Central em Brasília.

QUADRO A.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.									
CNPJ:					UG/GESTÃO:				
Informações sobre as Transferências									
Moda- lidade	Nº do instru- mento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra- partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	756012	06.193.129/0001-40	5.647.877,61	564.834,05	1.146.392,79	1.916.365,51	19.09.11	31.12.15	1
1	756432	06.193.129/0001-40	11.220.347,88	1.161.872,80	0	1.744.270,67	12.12.11	31.12.15	1
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				

Fonte: SICONV



5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos três últimos Exercícios.

O **Quadro A.5.4** abaixo contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os respectivos valores repassados nos exercícios de 2012, 2011 e 2010, sendo que os valores devem se referir à totalidade e não somente aos instrumentos celebrados em cada exercício.

QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
CNPJ:						
UG/GESTÃO:	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	0	2	2	1.146.392,79	1.393.740,16	1.032.098,57
Contrato de Repasse	-	19	31	-	3.929.250,00	0
Termo de Cooperação	-	0	0	-	0	0
Termo de Compromisso	-	0	0	-	0	0
Totais	0	21	33	1.146.392,79	5.141.950,06	1.032.098,57

Fonte: SICONV



5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no exercício de 2013 e seguintes.

O **Quadro A.5.5** abaixo contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os valores já repassados e a serem transferidos, relativos aos instrumentos que permanecerão vigentes no exercício de 2013 e seguintes.

QUADRO A.5.5 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	2	16.868.225,49	3.760.636,18	4.576.822,96	24,16
Contrato de Repasse	-				
Termo de Cooperação	-				
Termo de Compromisso	-				
Totais	2	16.868.225,49	3.760.636,18	4.576.822,96	24,16

Fonte: SICONV

5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.

O **Quadro A.5.6** abaixo visa a demonstrar a quantidade de instrumentos de convênio, de termo de cooperação e de contrato de repasse, assim como os respectivos montantes repassados, segmentados por ano em que deveriam ser prestadas as contas, de forma a evidenciar o perfil da prestação de contas das transferências sob essas modalidades. Dessa forma, a UJ deve identificar, por ano da prestação de contas, a quantidade de instrumentos “Convênios”, “Termos de Cooperação” e “Contratos de Repasse”, assim como os respectivos montantes, segmentando-os entre instrumentos que tiveram suas contas prestadas e instrumentos que não tiveram contas prestadas.

A data que deve ser considerada para identificar a prestação ou não das contas é 31/12/2012. Assim, o Quadro evidenciará a quantidade e o montante repassado dos instrumentos até o final do exercício de referência do relatório de acordo com a situação da prestação de contas: prestadas ou não prestadas.

Para fins dos quadros sobre a prestação e análise de contas, devem-se levar em consideração apenas as **prestações de contas finais**. Na análise crítica o gestor poderá incluir informações sobre as prestações de contas parciais, se necessário.



**QUADRO A.5.6 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS
CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO
DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.**

Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente					
Nome:					
CNPJ:		UG/GESTÃO:			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	2	0	* ¹
		Montante Repassado	2.514.243,39	0	* ¹
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	* ¹
		Montante Repassado	0	0	* ¹
2011	Contas Prestadas	Quantidade	5	0	* ¹
		Montante Repassado	5.164.423,78	0	* ¹
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	* ¹
		Montante Repassado	0	0	* ¹
2010	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	* ¹
		Montante Repassado	0	0	* ¹
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	4	0	* ¹
		Montante Repassado	5.087.502,68	0	* ¹
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	* ¹
		Montante Repassado	0	0	* ¹

Fonte: SICONV

*¹ Informações disponíveis na Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo/MAPA.

5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

O **Quadro A.5.7** contempla informações sobre a análise das prestações de contas a cargo da concedente e do contratante. Com base nos exercícios em que as contas foram apresentadas, a UJ deve apresentar informações de quantidade e montante envolvendo contas analisadas e não analisadas, de forma a evidenciar a qualidade do gerenciamento empreendido pela UJ. A data de referência para definir se a conta foi analisada ou não é 31/12/2012.

**QUADRO A.5.7 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE
CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE**

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:		UG/GESTÃO:			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			2	* ¹
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	2	* ¹
			Contas Não Analisadas	0	* ¹
		Montante Repassado (R\$)		2.514.243,39	* ¹
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	* ¹
			Quantidade Reprovada	0	* ¹
			Quantidade de TCE	0	* ¹



		Contas NÃO	Quantidade	0	*1
		Analisadas	Montante Repassado (R\$)	0	*1
2011	Quantidade de contas prestadas			4	*1
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		4	*1
		Quantidade Reprovada		0	*1
		Quantidade de TCE		0	*1
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0	*1
		Montante repassado (R\$)		5.087.502,68	*1
2010	Quantidade de Contas Prestadas			0	*1
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		0	*1
		Quantidade Reprovada		0	*1
		Quantidade de TCE		0	*1
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		4	*1
		Montante Repassado		5.087.502,68	*1
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0	*1
		Montante Repassado		0	*1
Fonte: SICONV					

*1 Informações disponíveis na Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo/MAPA

5.3.6 Análise Crítica

A realização de convênios entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA e os governos estaduais, principalmente na área de defesa agropecuária, é uma alternativa de grande valia para o cumprimento das atividades de defesa animal e vegetal, uma vez que as Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SFAs não tem os recursos humanos necessários para atender essa demanda e nem unidades em todos os municípios do estado. A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco/SFA-PE só possui unidades descentralizadas nas cidades de Caruaru, Garanhuns e Petrolina, o que seria quase impossível atender aos 184 (cento e oitenta e quatro) municípios do Estado de Pernambuco, não só por falta de estrutura, mas, principalmente, por falta de capital humano, enquanto que a ADAGRO, não só possui um número maior de fiscais estaduais agropecuários, como possui unidades distribuídas em quase todos os municípios do estado.

Atualmente, ainda estão vigentes os convênios plurianuais, firmados em 2011 com o Governo do Estado de Pernambuco, tendo como executor a Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco/ADAGRO: (1) de defesa animal, com montante de recursos de R\$ 11.220.347,88 (onze milhões, duzentos e vinte mil, trezentos e quarenta e sete reais e oitenta e oito centavos) e (2) de defesa vegetal, no valor de R\$ 5.647.877,61 (cinco milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, oitocentos e setenta e sete reais e sessenta e um centavos).

Esses convênios têm prazo de vigência de cinco anos, 2011 a 2015, e no exercício de 2012 foram liberados 1.146.392,79 (um milhão cento e quarenta e seis mil, trezentos e noventa e dois reais e setenta e nove centavos) para o convênio de defesa vegetal e não houve liberação de recursos para o convênio de defesa animal.

Os recursos liberados para a ADAGRO para execução das metas previstas no convênio de defesa vegetal foram fundamentais na manutenção e ampliação dos programas de sanidade vegetal no Estado de Pernambuco, proporcionando garantia e segurança fitossanitária da produção agrícola, cumprimento dos acordos bilaterais de exportação, além de garantir a inocuidade dos produtos vegetais produzidos no estado e dos produtos oriundos de outras unidades da federação.



Com relação ao convênio de defesa animal, no ano de 2012 não houve liberação de recursos por parte do MAPA, e essa ação foi executada com recursos próprios do Governo do Estado de Pernambuco, que não deixou de alocar os recursos necessários, evitando que essa atividade sofresse uma descontinuidade que poderia ser prejudicial tanto para o estado como para o país.

No exercício de 2012 foi realizado no Recife um curso nacional sobre operacionalização do SICONV, o que contribuiu significativamente no aprimoramento dos Fiscais Federais Agropecuários, servidores da área financeira das SFAs e servidores dos órgão estaduais que desenvolvem atividades laborais no âmbito dos convênios.

Finalizando, pode-se concluir que os recursos transferidos para o convênio de defesa vegetal foram de extrema importância para o desenvolvimento do agronegócio agrícola do estado, e que foram aplicados de maneira correta e eficaz.



5.4 Suprimento de Fundos.

A informação está organizada em 6 subitens. Cada subitem possui objetivo e abrangência específicos e obedece a uma forma de estruturação distinta, conforme detalhamento a seguir.

5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

A despesa realizada por meio de suprimento de fundos deverá ser demonstrada por meio de quatro (4) demonstrativos: o primeiro deverá evidenciar o montante de despesas realizadas por meio do suprimento de fundos, discriminando-se entre as despesas efetuadas por meio de utilização da Conta Tipo “B” e as efetuadas por meio do CPGF; o segundo detalhará despesa realizada por meio da concessão de suprimento de fundos para ser efetuada por meio da utilização da conta corrente Tipo “B”; o terceiro evidenciará a despesa realizada com a utilização do cartão de crédito (CPGF); o quarto, por fim, demonstrará a evolução da utilização do suprimento de fundos ao longo do tempo, segregando-se as despesas realizadas via CPGF e Conta Tipo “B”.

5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

O **Quadro A.5.8** abaixo, correspondente ao primeiro demonstrativo citado. Compreende uma planilha onde as informações devem ser discriminadas por: identificação da UG, código e nome; Tipo de suprimento de fundo: Conta tipo B, CPGF; total geral utilizado pela UG e total utilizado pela UJ. Tais campos devem ser preenchidos de acordo com a descrição dos campos a seguir especificados.

QUADRO A.5.8 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF)

Valores em R\$ 1,00

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo “B”	CPGF		
			Saque	Fatura	
130025	SFA/PE	0	0	31.333,59	31.333,59
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF				



5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

O **Quadro A.5.10** abaixo, correspondente ao terceiro demonstrativo citado. Compreende uma planilha onde as informações devem ser discriminadas por: identificação da UG; limite de utilização total da UG; portador, CPF; limite individual, valor (subdivididos em saque e fatura); total utilizado pela UG e total utilizado pela UJ.

QUADRO A.5.10 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	130025	Limite de Utilização da UG		R\$ 700.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
ANTONIO F DE SOBRAL	090.054.044-34		-	107,26	107,26
ANTONIO R DE LIMA	265.028.014-04		-	3.072,15	3.072,15
CARLOS A M PEREIRA	373.079.244-04		-	1.645,70	1.645,70
CARLOS N DA SILVA	166.797.254-53		-	1.010,15	1.010,15
DENISE M FERREIRA	233.238.924-53		-	556,00	556,00
ENOQUE PRINCIPE JR	418.370.884-20		-	1.682,05	1.682,05
EVARISTO PAULINO	196.508.844-91		-	402,55	402,55
HOMERO M SAMPAIO	698.102.034-87		-	251,49	251,49
JOAO F CALDAS	127.914.744-04		-	291,58	291,58
JORGE A MEZZOMO	410.007.060-87		-	501,00	501,00
JOSAFA C LEITAO	148.963.034-15		-	817,14	817,14
JOSE DE A M VIEIRA	124.854.624-53		-	2.265,15	2.265,15
JOSE ROBERTO A LIMA	185.850.271-34		-	864,01	864,01
JURIVALDO A SOUZA	362.057.454-53		-	1.193,68	1.193,68
MARIA C S MAGALHAES	959.582.237-04		-	1.272,52	1.272,52
MARIA MARGARIDA	143.264.854-34		-	652,79	652,79
MAURILIO A DA SILVA	029.964.274-20		-	2.533,80	2.533,80
NARCISO B FREITAS	081.089.514-53		-	591,90	591,90
PAULO JOSE BARBOSA	127.485.604-04		-	2.704,73	2.704,73
PEDRO P.M.SILVEIRA	194.380.364-15		-	312,99	312,99
PETRONIO C SODRE	103.143.934-04		-	50,00	50,00
ROBISMAR LEAL	008.619.874-20		-	1.488,18	1.488,18
ROGERIO F DA SILVA	216.524.224-04		-	727,57	727,57
ROMULO SAVIO	196.277.424-41		-	958,83	958,83
SARA M ROCHA MELO	880.929.504-82		-	827,18	827,18
SEVERINO G FERRAZ	280.458.154-34		-	3.323,78	3.323,78
SHIZUO ASANO	036.406.202-91		-	466,91	466,91
SILVANA C.MENDONÇA	399.731.314-87		-	762,50	762,50
Total Utilizado pela UG			-	31.333,59	31.333,59
Código da UG 2		Limite de Utilização da UG			
Total Utilizado pela UG					
Total Utilizado pela UJ					



5.4.1.3 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

O **Quadro A.5.11** abaixo, correspondente ao quarto demonstrativo citado e contempla a despesa consolidada com suprimento de fundos realizada com a utilização da Conta Tipo “B” e do cartão de crédito corporativo, sendo composto por uma planilha onde as informações a serem prestadas estão distribuídas em (5) cinco colunas, a saber: exercícios; Conta Tipo “B”, subdividindo-se em quantidade e valor; Saque, subdividindo-se em quantidade e valor; Fatura, também se subdividindo em quantidade e valor; e, por fim, Total. Tais campos devem ser preenchidos de acordo com a descrição a seguir.

QUADRO A.5.11 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA) Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Suprimento de Fundos						
	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012					105	31.333,59	31.333,59
2011					534	38.474,04	38.474,04
2010					673	54.618,44	54.618,44

Fonte:

5.4.1.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

O **Quadro A.5.12** abaixo contempla a situação das prestações de contas referentes à aplicação dos recursos despendidos via suprimento de fundos, abrangendo as prestações de contas referentes à aplicação realizada pelo Portador do CPGF, do exercício de referência do Relatório de Gestão e dos dois exercícios imediatamente anteriores, conforme exige a legislação em vigor.

QUADRO A.5.12 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Situação	Suprimento de Fundos											
	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas							-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise							-	-	-	-	-	-
PC em Análise							-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas							-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas							71	31.333,59	77	38.474,04	104	54.618,44

Fonte:



5.4.1.5 Análise Crítica

Acompanhando o esforço do Governo Federal, esta SFA/PE conseguiu reduzir substancialmente, tanto em número de utilizações – apenas 16% do efetuado em 2010 – quanto nos valores, onde reduzimos 57% das despesas com os Cartões de Pagamento do Governo Federal-CPGF em 2010.



6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

Objetivo

Obter informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão de recursos humanos da UJ, de forma a possibilitar aos órgãos de controle e à própria UJ a análise da gestão do quadro de pessoal, tanto na dimensão operacional quanto na dimensão estratégica, evidenciando, inclusive, a conformidade dos registros dos atos de pessoal e os controles da UJ para coibir a acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos.

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

O perfil do quadro de servidores ativos da UJ deve ser demonstrado por meio de cinco (5) quadros evidenciando, cada um, os seguintes aspectos: No **Quadro A.6.1** deve ser demonstrada composição da força de trabalho da UJ; no **Quadro A.6.2** a UJ deve evidenciar as situações que reduzem sua força efetiva de trabalho; no **Quadro A.6.3** deve ser demonstrada a distribuição dos cargos em comissão e das funções gratificadas; no **Quadro A.6.4** deve ser demonstrado o perfil etário dos servidores ocupantes de cargos efetivos e comissionados da UJ; no **Quadro A.6.5** a UJ deve demonstrar o perfil escolar dos ocupantes de cargos efetivos e comissionados.

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

O **Quadro A.6.1** visa a demonstrar a força de trabalho da UJ, comparando-se a lotação autorizada com a efetiva. Para cada tipologia de cargos, a UJ deve informar a lotação autorizada e a efetiva, registrando-se, ainda, os ingressos e egressos no exercício. O **Quadro 6.1** deve refletir a situação apurada em 31/12 do exercício de referência do Relatório de Gestão.

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	250	250	7	5
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	250	250	7	5
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	250	250	5	5
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	26	26	2	0
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública				
4. Total de Servidores (1+2+3)	276	276	7	5

Fonte: SIAFI



6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

O **Quadro A.6.2** visa a demonstrar as situações que reduzem a força de trabalho da UJ. São situações que caracterizam a ausência momentânea do servidor da UJ, conforme previsões legais. Mais uma vez, cabe ressaltar que a fundamentação legal utilizada foi a Lei 8.112/90, sendo que as UJ que não são regidas por essa Lei, principalmente as UJ do Poder Judiciário, devem fazer as adaptações pertinentes. Para cada tipologia dos afastamentos, a UJ deve informar a quantidade de pessoas do seu quadro que se encontravam naquela situação em 31 de dezembro do exercício de referência.

Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	11
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	10
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	3
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	3
5.5. Mandato Classista	
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	14

Fonte: SIAFI



6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

O **Quadro A.6.3** abaixo identifica a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas da UJ, baseando-se na estrutura apresentada no Quadro A.6.1.

QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	8	8	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	8	8	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	6	6		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo	1	1		
1.2.5. Aposentados	1	1		
2. Funções Gratificadas	16	16	0	1
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	16	16	0	1
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	24	24	0	1

Fonte: SIAFI

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

O **Quadro A.6.4** a seguir visa a demonstrar o perfil etário do quadro de pessoal ativo da UJ. Este Quadro segue estrutura semelhante às dos **Quadros A.6.1 e A.6.3**, vez que tem por objetivo classificar os ocupantes de cargos e comissões segundo a faixa etária. Deve retratar a situação verificada em 31 de dezembro do exercício de referência.

QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	14	28	58	173
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira		14	28	58	173
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					
2.3. Funções Gratificadas					
3. Totais (1+2)	0	14	28	28	173

Fonte: SIAFI



6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

O **Quadro A.6.5** a seguir visa a demonstrar o perfil de escolaridade do quadro de pessoal ativo da UJ. Esse quadro segue estrutura semelhante às dos **Quadros A.6.1 e A.6.3**, vez que tem por objetivo classificar os ocupantes de cargos e comissões segundo o nível de escolaridade. O gestor deve retratar a situação verificada em 31 de dezembro do exercício de referência do Relatório de Gestão.

QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	24	66	134	0	0	2
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira				24	66	134			2
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	7	19	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					1	9			
2.3. Funções Gratificadas					6	10			
3. Totais (1+2)	0	0	0	24	73	153	0	0	2
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: SIAFI



6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

A composição do quadro de custos de pessoal da UJ deverá ser demonstrada por meio do **Quadro A.6.6** a seguir, onde serão discriminadas as naturezas de despesas de pessoal para cada tipologia de servidores e de cargos relativamente ao exercício de referência do relatório de gestão e aos dois imediatamente anteriores.

Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários			
Membros de Poder e Agentes Políticos										
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão										
Exercícios	2012	42.123.314,64	-	17.867.220,27	2.509.765,98	-	1.721.005,97	2.438.271,28	-	- 66.659.578,14
	2011	40.117.442,52	-	17.180.019,97	2.367.703,76	-	1.687.260,76	2.196.640,80	-	- 63.549.067,81
	2010	33.382.897,99	-	7.087.582,09	2.556.276,32	-	1.279.194,89	1.244.296,30	-	- 45.550.247,59
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco

Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	499.320,59	965.089,58	-	-	-	57.241,03	26.054,51	-	-	1.547.705,71
	2011	462.333,87	885.403,30	-	-	-	47.700,86	22.080,09	-	-	1.417.518,12
	2010	376.730,76	-	139.711,16	396.378,03	-	58.552,39	-	-	-	971.372,34
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	785.363,89	-	731.136,11	116.290,67	-	34.794,66	106.139,64	-	-	1.773.724,97
	2011	769.964,60	-	692.581,24	110.753,02	-	29.487,00	92.295,34	-	-	1.695.081,20
	2010	668.293,66	-	885.929,74	170.488,95	-	67.182,84	46.872,79	-	-	1.838.767,98
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	1.361.350,01	-	1.001.901,79	128.692,41	-	160.190,10	125.405,44	-	-	2.777.539,75
	2011	1.321.699,03	-	927.686,84	111.906,45	-	144.315,41	111.802,74	-	-	2.617.410,47
	2010	896.469,26	-	1.030.473,88	149.142,72	-	199.984,90	16.704,07	-	-	2.292.774,83

Fonte: SIAFI



6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

A composição do quadro de servidores inativos e pensionistas da UJ somente deverá ser preenchida por aquelas que detenham, entre as suas unidades administrativas, a unidade responsável pela gestão do cadastro de servidores inativos e pensionistas. As informações sobre o Quadro de Servidores Inativos devem ser prestadas considerando dois quadros a seguir: o primeiro compreenderá a composição do quadro de servidores inativos; o segundo a composição do quadro dos instituidores de pensão.

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

O **Quadro A.6.7** abaixo, correspondente ao primeiro demonstrativo, compreende uma planilha onde, na primeira coluna, são discriminados dois (2) regimes de proventos, subdivididos em quatro (4) regimes de aposentadoria, cada um, enquanto as duas (2) colunas restantes informam sobre o quantitativo dos servidores na UJ e o número de aposentadorias ocorridas no exercício de referência, de acordo com os regimes de proventos e de aposentadoria.

QUADRO A.6.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	0	0
1.1 Voluntária	7	
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
2. Proporcional	0	0
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	7	0

Fonte: SIAFI



6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

O **Quadro A.6.8** abaixo corresponde ao segundo demonstrativo e compreende uma planilha onde, nas linhas, são discriminados os regimes de proventos originários do instituidor de pensão, enquanto, nas colunas, devem ser informados os quantitativos dos beneficiários de acordo com cada regime de proventos.

QUADRO A.6.8 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	0	0
1.1. Integral	24	21
1.2. Proporcional	8	6
2. Em Atividade	1	1
3. Total (1+2)	33	28

Fonte: SIAFI



6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

O órgão central localizado em Brasília é responsável pelo controle para detectar possíveis acumulações remuneradas de cargos, funções e empregos públicos, pois não possuímos mecanismo capaz para tal, ficando assim o MAPA com esta finalidade.

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

No exercício de 2012 não foi detectado nenhum caso de acumulação indevida de cargos, função e empregos públicos.

6.1.7 Informações sobre Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

As informações sobre os atos de pessoal devem ser prestadas somente pelas unidades jurisdicionadas que tenham na sua responsabilidade as atividades de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, cujos atos se sujeitam ao registro do Tribunal de Contas da União ou devem ser a ele comunicados, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal e da Instrução Normativa TCU nº 55/2007.

Tais informações devem ser prestadas de acordo com os quadros a seguir.



6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

O Quadro A.6.9 a seguir tem o objetivo de evidenciar a relação entre a quantidade dos atos ocorridos no exercício de referência do relatório de gestão e no exercício anterior e a quantidade de atos efetivamente cadastrada no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – SISAC, de forma demonstrar a conformidade da gestão dos atos de pessoal da UJ com o art. 2º da Instrução Normativa TCU nº 55/2007.

QUADRO A.6.9 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	00	00	00	00
Concessão de aposentadoria	06	11	06	11
Concessão de pensão civil	25	30	25	30
Concessão de pensão especial a ex-combatente	00	00	00	00
Concessão de reforma	00	00	00	00
Concessão de pensão militar	00	00	00	00
Alteração do fundamento legal de ato concessório	08	04	08	04
Totais	39	45	39	45

O Quadro A.6.10 a seguir tem o objetivo de evidenciar a relação entre a quantidade dos atos sujeitos à comunicação ao TCU ocorridos no exercício de referência do relatório de gestão e no exercício anterior e a quantidade de atos efetivamente cadastrada no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – SISAC, de forma demonstrar a conformidade da gestão dos atos de pessoal da UJ com o art. 3º da Instrução Normativa TCU nº 55/2007.

QUADRO A.6.10 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0



O Quadro A.6.11 a seguir tem o objetivo de evidenciar a regularidade, em relação ao prazo estabelecido no art. 7º da IN TCU nº 55/2007, do cadastramento no SISAC dos atos de pessoal sujeitos a registro e comunicação ao TCU.

QUADRO A.6.11 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	00	00	00	00
Concessão de aposentadoria	02	01	02	00
Concessão de pensão civil	15	05	05	00
Concessão de pensão especial a ex-combatente	00	00	00	00
Concessão de reforma	00	00	00	00
Concessão de pensão militar	00	00	00	00
Alteração do fundamento legal de ato concessório	08	00	00	00
Total	25	06	07	00
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	0	0	0	0



6.1.8 Indicadores Gerencias sobre Recursos Humanos

A área de Recursos Humanos desta Superintendência tem como indicadores para o gerenciamento do seu quadro funcional, os constantes do demonstrativo a seguir:

SIGLA	TIPO	INDICADOR	FÓRMULA	CÁLCULO
<i>Isartsa (%)</i>	<i>Eficácia</i>	<i>Servidores administrativos em relação ao total de servidores ativos</i>	$(\text{N}^\circ \text{ de servidores Administrativos} / \text{N}^\circ \text{ total de servidores ativos}) \times 100$	$(127/284) \times 100$ $0,45 \times 100$ 45
<i>lalimed (%)</i>	<i>Eficácia</i>	<i>Índice de dias de afastamento por licença médica dos servidores</i>	$(\text{Número de servidores afastados} \times \text{número de dias de afastamento}) / (\text{N}^\circ \text{ de servidores totais} \times \text{período considerado em dias}) \times 100$	$(9 \times 129 / 284 \times 30) \times 100$ $(1161 / 8520) \times 100$ $0,14 \times 100$ 14
<i>lalimed (%)</i>	<i>Eficácia</i>	<i>Índice de Servidores afastados por Licença Médica</i>	$(\text{N}^\circ \text{ de servidores afastados} / \text{N}^\circ \text{ total de Servidores ativos}) \times 100$	$(9/284) \times 100$ $0,03 \times 100$ 3
<i>laffa (%)</i>	<i>Eficácia</i>	<i>Índice de Servidores FFA com afastamento por licença médica</i>	$(\text{N}^\circ \text{ de FFA afastados} / \text{N}^\circ \text{ total de FFA ativos}) \times 100$	$(4/104) \times 100$ $0,04 \times 100$ 4
<i>lagtec (%)</i>	<i>Eficácia</i>	<i>Índice de Servidores AISIPOA-AAA com afastamento por licença médica</i>	$(\text{N}^\circ \text{ de AISIPOA-AG.ATIV.AGROP. afastados} / \text{N}^\circ \text{ de AISIPOA-AG.ATIV. Total}) \times 100$	$(1/53) \times 100$ $0,02 \times 100$ 2
<i>laadm (%)</i>	<i>Eficácia</i>	<i>Índice de servidores Administrativos com afastamento por licença médica</i>	$(\text{N}^\circ \text{ de Administrativos afastados} / \text{N}^\circ \text{ total de administrativos ativos}) \times 100$	$(4/127) \times 100$ $0,03 \times 100$ 3
<i>laap (30d) (%)</i>	<i>Eficácia</i>	<i>Índice de Concessão de Aposentadoria em 30 dias</i>	$(\text{N}^\circ \text{ de aposent. concedidas} / \text{N}^\circ \text{ de aposent. solicitadas}) \times 100$	$(0/0) \times 100$ 0
<i>lpapc</i>	<i>Eficiência</i>	<i>Produtividade na concessão de aposentadoria</i>	$\text{N}^\circ \text{ de aposentadoria concedidas} / \text{N}^\circ \text{ de servidores envolvidos na ação.}$	0/3
<i>Isartsa (%)</i>	<i>Eficácia</i>	<i>Servidores administrativos em relação ao total de servidores ativos</i>	$(\text{N}^\circ \text{ de servidores Administrativos} / \text{N}^\circ \text{ total de servidores ativos}) \times 100$	$(127/284) \times 100$ $0,45 \times 100$ 45



6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

Apesar de se aplicar à natureza da Unidade, não temos terceirizados administrativos.

6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão.

Apesar de se aplicar à natureza da Unidade, não temos terceirizados para cargos e atividades do Plano de Cargos do Órgão.

6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

Apesar de se aplicar à natureza da Unidade, não temos terceirizados para substituição em decorrência de realização de Concurso Público.

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Apesar de se aplicar à natureza da Unidade, não tivemos autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de Concursos públicos.



6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome:													
UG/Gestão:							CNPJ:						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	339037-02	Pregão nº 02/2010	9.605.853/0001-93	2010	2013	X		X		X		A
2007	V	339037-03	Dispensa nº 14/2008	08.068.307/0001-6	2008	2012	X		X		X		E
Observações: A Dispensa nº 14/2008 – Remanescente de contrato encerrado com a Empresa ASERT Vigilância Ltda, Assumindo a Empresa Sempre Fort Segurança Privada Ltda.													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte:

6.2.5 Composição do Quadro de Estagiários.

O **Quadro A.6.19** abaixo visa a demonstrar a composição do quadro de estagiários da UJ e somente deverá ser preenchido pelas UJ que detenham entre as suas unidades administrativas aquela responsável pela gestão do cadastro de estagiários. O Quadro A.6.19 abaixo contempla os quantitativos trimestrais de contratos de estágio vigentes, discriminando-os de acordo com o nível de escolaridade exigido e com a alocação dos estagiários na estrutura da UJ (na área fim ou na área meio).

Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	60	60	50	39	153.192,00
1.1 Área Fim	30	24	19	18	65.128,00
1.2 Área Meio	30	36	31	21	88.064,00
2. Nível Médio	41	42	40	36	73.227,00
2.1 Área Fim	19	21	19	15	34.102,00
2.2 Área Meio	22	21	21	21	39.125,00
3. Total (1+2)	101	102	90	75	226.419,00

Fonte:



7 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.

Objetivo

Evidenciar a forma em que a UJ gere sua frota de veículos automotores, bem como os bens imóveis sob sua responsabilidade, tanto de propriedade da União, quanto locados de terceiros, demonstrando os controles internos relacionados à gestão desses itens do patrimônio.

Estrutura de Informação

As informações solicitadas estão contempladas em dois blocos distintos. O primeiro trata da gestão da frota de veículos da UJ. Esse bloco não possui uma estrutura definida, mas há um conteúdo mínimo a ser observado pelo gestor. O segundo bloco de informações, por sua vez, possui estruturação específica e será detalhada a seguir.

Abrangência

De acordo com o disposto no Quadro A1 – Relacionamento entre as Unidades Jurisdicionadas e os Conteúdos Gerais do Relatório de Gestão, contido na Decisão Normativa TCU 119/2012 (Naturezas Jurídicas constantes das letras a, b, c, d, e, i).



7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

A SFA/PE administra sua frota de veículos automotores através do sistema SCVA, bem como os bens imóveis sob sua responsabilidade através dos sistemas ASI patrimonial e ASI almoxarifado.

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;
R: Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950 e o Decreto nº 6.403/2008 - Dispõe sobre a gestão dos veículos utilizados pela administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e dá outras providências.
- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;
R: É de fundamental importância a utilização da frota de veículos no atendimento do seu marco legal: Fiscalizações, Inspeções, Pesquisas etc.
- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;
R: Os 39 (trinta e nove) veículos em uso nesta Unidade estão classificados como Transporte Institucional. Os veículos fora de uso encontram-se em processo de desfazimento.
- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;
R: A média anual de quilômetros rodados do transporte institucional em 2012 foi de 6.022 (seis mil e vinte e dois) km por veículo.
- e) Idade média da frota, por grupo de veículos;
R: A idade média do transporte institucional é de 3,8 (três anos e oito meses).
- f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);
R: Os gastos predominantemente em combustíveis foram em torno de R\$ 282.000,00 (duzentos e oitenta e dois mil reais), por toda a frota.
- g) Plano de substituição da frota;
R: Até segunda ordem está vetada a aquisição de novos veículos.
- h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;
R: Até o presente momento tem sido tradição do MAPA, havendo estudos em andamento sobre essa escolha, bem como redistribuição da frota entre as demais unidades.
- i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.
R: A SFA/PE dispõe de um setor específico (Setor de Transporte) ligado a Seção de Atividades Gerais, utilizando o sistema SCVA, devidamente implantado, e mantém em tempo integral – controle absoluto do MAPA sobre a frota desta Superintendência, bem como controle individualizado por veículo.



7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

Objetivo Específico: Analisar a gestão dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ classificados como “Bens de Uso Especial” de propriedade da União ou locados de terceiros.

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

O Quadro A.7.1 a seguir, denominado **Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade da UJ no final dos exercícios 2012 e 2011, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1	2	2
	município 1 – Recife/PE	1	1
	município 2 – Glória do Goitá	1	1
	município “n”		
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		2	2
Total (Brasil + Exterior)		2	2

Fonte: SPIUnet



7.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

O Quadro A.7.3 a seguir, denominado **Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ**, está organizado de forma a contemplar os atributos e características dos imóveis de uso especial de propriedade da União, assim como as despesas com manutenção incorridas no exercício de referência do relatório de gestão. Nesse quadro devem ser relacionados todos os imóveis que, no final do exercício de referência do relatório, estavam sob a responsabilidade da UJ apresentadora do relatório de gestão e de UJ a ela consolidada.

QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel	Despesa no Exercício		Com Reformas	Com Manutenção
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado		
130025	2531.00486.500-9	13	Regular	1.622.590,06	01/11/2011	5.689.073,20	“*”	
130025	2421.00002.500-2	13	Bom	2.287.437,30	03/02/2012	5.706.609,36		
Total							Σ	Σ
Fonte: SPIUNET								

“*” Foi iniciada uma reforma na estrutura física de toda a SFA/PE, porém, encontra-se temporariamente paralisada, dificultando a avaliação da Despesa com Manutenção. A Imóvel sede da Superintendência continua necessitando de serviços nas instalações elétricas e hidráulicas.

Os imóveis serão reavaliados em novembro de 2013 (Sede) e fevereiro de 2014 (Glória do Goitá).



8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Objetivo

Verificar se as aquisições de bens/produtos e contratação de obras e serviços da unidade são baseadas em critérios de sustentabilidade ambiental nos respectivos processos licitatórios, bem como se a UJ tem adotado medidas que estimulem a redução do consumo de papel, energia e água.

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.9.1 a seguir, denominado **Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**, está organizado de forma a se obter um conjunto de informações que permita, de uma maneira geral, analisar o grau de desenvolvimento da gestão ambiental, mormente no que diz respeito a licitações sustentáveis. Este questionário deverá ser preenchido de acordo com as orientações descritas abaixo.

QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? ISO				X	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			X		
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico				X	
	Sim (X)			Não ()	



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
utilizado foi incluído no procedimento licitatório? VEÍCULOS FLEX					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?				X	
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?			X		
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?			X		
Considerações Gerais: Estas informações são frutos de reuniões com o Chefe da Divisão de Apoio Administrativo a qual está ligado o Setor de Compras e Contratos. Temos levado em conta a necessidade de adquirir e contratar bens e serviços através de licitações sustentáveis. Encontra-se em curso, Projeto para aquisição de copos descartáveis e papel ofício, quando serão exigidos produtos de origem reciclável.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					



8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

O **Quadro A.9.2** a seguir, denominado **Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água**, está organizado de forma a se obter um conjunto de informações que permita, de uma maneira geral, analisar a utilização de papel, energia elétrica e água da UJ ao longo dos anos, bem como verificar se a UJ aderiu a algum tipo de programa de gestão ligado à temática sustentabilidade ambiental. Para tanto, o quadro encontra-se subdividido em duas partes distintas. Na primeira, o gestor deverá incluir informações sobre o tipo de programa, ano de adesão e resultados obtidos com a adesão a tal programa. Na segunda, o gestor deverá trazer informações sobre quantidades e valores despendidos com o consumo de papel, energia elétrica e água. Este quadro deverá ser preenchido de acordo com as orientações descritas abaixo.

Previamente ao preenchimento deste quadro, a UJ deverá detalhar a política por ela adotada para estimular o uso racional de papel, energia elétrica e água. Esse detalhamento deverá ser demonstrado como um subitem imediatamente anterior ao Quadro A.9.2.

QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Valores em R\$
1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	379	317	270	4.927,00	3.487,00	2.546,10
Água	5.737	6.082	4.143	65.369,30	57.150,13	39.209,04
Energia Elétrica	626.346	596.920	595.010	258.958,02	227.336,94	233.561,05
			Total	329.254,32	287.974,07	275.316,19

Fonte:



9 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.

Objetivo

Conhecer as providências adotadas pelas UJ para dar cumprimento às determinações e recomendações exaradas em acórdãos do TCU ou as recomendações apresentadas em relatórios de auditoria do órgão de controle interno (OCI) ou da unidade de controle interno, bem como levantar informações sobre o cumprimento das obrigações constantes das Leis nºs 8.730/1993 e 12.465/2011.

9.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

Não houve Auditoria no exercício de 2012, apenas o Encaminhamento da NOTA TÉCNICA Nº 23.143, através do Ofício nº 1.047/2013/AUD/CGU-Regional/PE, de 15 de janeiro de 2013.



9.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

CGU-PAD		
RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS		
Quadro Consolidado Global		Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quantidade de Órgãos	1	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares		0
Total de Sindicâncias		4
Total de Procedimentos		4
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Pernambuco		
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012		
Quadro Consolidado		Número de Procedimento
Total de Processos Administrativos Disciplinares		0
Total de Sindicâncias		4
Total de Procedimentos		4
Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
21000.009404/2012-81	30/10/2012	Sindicância
21036.001537/2012-00	11/06/2012	Sindicância
21036.000405/2012-52	01/03/2012	Sindicância
21036.001537/2012-00	11/06/2012	Sindicância

Emitido por: Raimundo Moreira de Araújo
Data da emissão do relatório: 25/02/2013

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;

As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.



9.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

Objetivo Específico: Obter informações quantitativas e qualitativas sobre o acompanhamento, pelas unidades jurisdicionadas (UJ), das obrigações referentes à entrega da declaração de bens e rendas (DBR) por autoridades, servidores e empregados públicos relacionados no art. 1º da Lei nº 8.730/93.

9.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

O **Quadro A.10.5** abaixo compreende o conjunto de autoridades, servidores e empregados públicos obrigados pela Lei nº 8.730/93 a entregar a DBR, discriminando, para cada momento em que a obrigação se concretiza, as quantidades de autoridades, titulares de cargos e de funções obrigados ao cumprimento da exigência do art. 1º da referida Lei. Os campos devem ser preenchidos de acordo com as descrições a seguir especificadas, devendo-se levar em consideração o cruzamento das colunas relativas ao “**Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR**” (Posse ou Início do Exercício da Função ou Cargo, Final do Exercício da Função ou Cargo e Final do Exercício Financeiro), com as respectivas linhas (Autoridades, Cargos Eletivos, Cargo de Confiança, Emprego de Confiança e Função de Confiança ou em comissão).

Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	01
	Entregaram a DBR	0	0	01
	Não cumpriram a obrigação	0	0	00
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	00
	Entregaram a DBR	0	0	00
	Não cumpriram a obrigação	0	0	00
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	5	5	19
	Entregaram a DBR	5	5	19
	Não cumpriram a obrigação	0	0	00



9.3.2 Análise Crítica

- O acompanhamento da entrega das DBR pelas pessoas obrigadas pela Lei nº 8.730/93, se dá em resposta a memorando circular da Seção de Gestão de Pessoas – SGP/DAD/SFA/PE, enviado aos Chefes dos Serviços/Seções, bem como pela divulgação da obrigatoriedade através da Intranet.
- Os formulários são entregues a SGP, em envelopes lacrados com declaração de SIGILO e são arquivados por ordem alfabética em armário fechado, conforme Instrução Normativas TCU nº 65, de 25/04/2011.
- Não é realizada nenhuma análise para identificação de incompatibilidade do patrimônio com a remuneração recebida.

9.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Objetivo Específico: Obter dos gestores responsáveis a declaração de que a totalidade dos contratos, convênios e outros instrumentos congêneres tem seus dados inseridos e atualizados nos bancos de dados dos Sistemas Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e de Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, nos termos da Lei nº 12.465/2011.

Estrutura de Informação: A informação deverá ser apresentada por meio de declaração conforme modelo adiante.

Abrangência: Órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, inclusive as entidades da Administração Pública Federal signatária ou supervisora de contrato de gestão e entidades que arrecadem e gerenciem contribuições para fiscais.



9.4.1 Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

O modelo constante do quadro abaixo deverá ser preenchido com os dados do gestor responsável pela área da UJ que tenha a atribuição de atualizar os dados nos respectivos sistemas, traduzindo-se a declaração apresentada como veracidade da situação corrente dos sistemas especificados.

QUADRO A.10.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **JAILENE MARIA DE LIMA**, CPF nº 342.312.854-20, Datilógrafo exercido na Setor de Compras e Contratos – SCC/SAG/DAD, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Recife, 30 de dezembro de 2013.

Jailene Maria de Lima

342.312.854-20

Datilógrafo



10 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .

Objetivo

Levantar informações quanto à elaboração e à fidedignidade das informações contidas nas demonstrações contábeis elaboradas pelas UJ, bem como acompanhar a implementação dos novos critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Abrangência

Todas as unidades jurisdicionadas relacionadas no Anexo I da DN TCU nº 119/2012, obedecendo-se aos conteúdos especificados no Quadro **A1-Relacionamento entre as Unidades Jurisdicionadas e os Conteúdos Gerais do Relatório de Gestão.**

10.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

- a) A Unidade não está aplicando os dispositivos contidos nas NBCT 16.9 e NBCT 16.10;
- b) Apesar dos esforços das autoridades, até o momento não foi disponibilizado um sistema de patrimônio para o MAPA;
- c) Não estamos adotando nenhum método, haja vista que os trabalhos não foram iniciados ainda no MAPA.

Os itens: d), e), f) e g) já foram providenciados e estão em uso no Órgão Central-DF e no próximo exercício estará sendo atendido 100% em todas as SFAs.

10.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

Objetivo Específico: Evidenciar a responsabilidade do Contador quanto ao registro, análise e elaboração das demonstrações contábeis das unidades jurisdicionadas (UJ).



10.2.1 Declaração Plena

A Declaração do Contador responsável pela Unidade que apresenta Relatório de Gestão para dar cumprimento a normativo do TCU, de acordo com o **Quadros A.11.1** (De Conformidade).

QUADRO A.11.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ):			Código da UG:
SUPERINT. FED.DE AGRIC.PEC. E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE PERNAMBUCO			130025
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2012
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T-8 GO



11 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

Esta Unidade acompanhando determinação da Alta Administração do MAPA implantou o sistema de preenchimento de cargos comissionados através de seleção interna via Edital de concorrência, fundamentado na Meritocracia.

11.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Os itens tratados até aqui abordam apenas o conteúdo mínimo obrigatório a ser apresentado pelo dirigente máximo da unidade jurisdicionada ao TCU. Este subitem por sua vez, destina-se a colher informações que o gestor considere relevantes e que não estão contempladas nos itens e subitens anteriores. Em razão disso, não há nenhuma estrutura padrão para este subitem, ficando a cargo do gestor optar pela forma mais eficiente para apresentação dos dados.



DECLARAÇÃO DO COORDENADOR GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração
Coordenação-Geral de Administração de Pessoas
Coordenação de Administração de Pessoal

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que os servidores abaixo relacionados, arrolados nas contas referentes ao exercício 2012, da Coordenação de Contabilidade, estão em dia com a entrega das cópias das declarações de bens e rendas, em observância ao disposto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, e em conformidade com o item 08, da parte A, do anexo II à Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010.

- Alberto Jerônimo Pereira
- José Calazans dos Santos

Brasília, 06 de fevereiro de 2013

JOSÉ LUÍS DA SILVA
Coordenador-Geral de Administração de Pessoas

CONFERE COM O ORIGINAL

Alberto Jerônimo Pereira
Coordenador de Contabilidade
CRC-006624/T-8 GO
CCONT/SPOA/SE/MAPA